

# O QUE O CONGRESSO NACIONAL FALA SOBRE O ARMAMENTO CIVIL?

2024.

TERINE HUSEK, PEDRO BENETTI, IRIS ROSA

# **INTRODUÇÃO** **3**

## **COMO FIZEMOS ESTA PESQUISA?** **8**

### **QUEM FALA?** **9**

**55ª LEGISLATURA** **12**

**56ª LEGISLATURA** **17**

**57ª LEGISLATURA** **21**

### **COMO FALAM?** **25**

**ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE ARMAS** **25**

**USO DE REFERÊNCIAS** **25**

**MENÇÃO A EVENTOS VIOLENTOS OU DRAMÁTICOS** **28**

**ARGUMENTOS UTILIZADOS NOS DISCURSOS SOBRE ARMAS** **29**

**1. MEDO DA VIOLÊNCIA** **31**

**2. GESTÃO DA SEGURANÇA** **34**

**3. O CIDADÃO DE BEM** **37**

**4. O PAPEL DA POLÍTICA** **39**

**5. IMPACTOS DIFERENCIADOS DAS ARMAS** **42**

## **CONCLUSÃO** **45**

# 01.

# INTRODUÇÃO

Na noite do dia 28 de outubro de 2022, a dois dias da realização do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, estiveram frente a frente os dois candidatos que disputavam o pleito. No terceiro bloco do debate, Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trocaram acusações acerca de suas posições sobre o acesso da população civil às armas de fogo. Lula afirmou que “ninguém compra arma para educar, ninguém compra arma para fazer o bem”. Já Bolsonaro associou a visita do petista ao Complexo do Alemão a um suposto alinhamento com traficantes armados, o que, segundo ele, seria a razão oculta da preferência de Lula por políticas de restrição do acesso civil às armas de fogo.

O embate entre os presidenciáveis não foi casual. O tema do acesso às armas ganhou importância no debate público brasileiro, sobretudo a partir de 2019. É verdade que, desde 2003, o assunto esteve presente na política nacional, impulsionado pelo debate acerca do Estatuto do Desarmamento. Mas é também preciso reconhecer que ele foi perdendo relevância nos anos que se seguiram à sua aprovação. A nova regulação, inscrita na legislação como emenda constitucional, parecia apontar para um debate superado. Algo que poderia ser modificado em pequenos aspectos, mas que dificilmente seria revertido em sua totalidade e, portanto, não suscitava grandes esforços de argumentação, nem entre seus defensores e nem entre seus opositores, pelo menos até 2015.

A eleição de Jair Bolsonaro e a maneira como ele conduziu a expansão do acesso civil às armas é, sem dúvida, o ponto de chegada de uma mudança de direção que ocorreu um pouco antes e que destrinchamos adiante. Com esse movimento, percebemos como as divergências políticas em torno do acesso de civis às

armas de fogo não foram pacificadas, e diferentes grupos seguem apostando na referência ao tema como principal estratégia de mobilização política.

Para além das mudanças promovidas por Bolsonaro, vale atentar para a forma como elas ocorreram. O ex-presidente atuou prioritariamente via decretos e atos normativos. Da mesma forma, ao assumir a presidência em 2023, Lula focou em revogar parte desses decretos, substituindo-os mais adiante por outros. Diferentemente do que aconteceu no início dos anos 2000, a maioria das políticas recentes relacionadas ao armamento civil não foi conduzida pelo poder Legislativo. Isso não quer dizer que não tenha havido reação no Congresso Nacional. Seja na forma de projetos de decreto legislativo destinados a sustar os efeitos dos atos do poder Executivo, seja na forma de discursos, campanhas públicas e posicionamentos assumidos no debate político, a discussão sobre o armamento civil reacendeu e acirrou-se no parlamento brasileiro. E não há indicativo de que ela arrefecerá.

Foi partindo dessas premissas que o Instituto Fogo Cruzado identificou uma lacuna no que diz respeito à compreensão do debate sobre armamento civil no Brasil: como pensa e atua o Congresso Nacional em um momento em que predominam decisões do Executivo? Para que lado o parlamento tende nesse embate entre relaxamento das leis e manutenção do controle? Quais são os protagonistas dessa discussão no Congresso? Como esse tema se articula com a mobilização política? Esta pesquisa tem em vista responder a essas e outras questões.

As armas de fogo constituem o principal vetor da violência letal no Brasil. Desvendar os caminhos que garantem a ampliação de sua circulação é passo fun-

damental para incidir nesse cenário. Tais caminhos passam, de maneira incontornável, pelas casas legislativas do país. Por essa razão, optamos por analisar o que pensam e falam os parlamentares sobre esse tema em diferentes legislaturas.

Observar a história do debate parlamentar sobre armamento civil nos permitiu efetuar comparações e detalhar a maneira como foram moldados posicionamentos, argumentos e estratégias ao longo do tempo. Para isso, criamos um banco de discursos parlamentares proferidos na Câmara de Deputados e no Senado Federal, que vai desde a primeira fala, proferida por Campos Vergal em 1951, até os discursos atuais.

**Não entendemos, pois, Sr. Presidente, a razão do armamentismo. Consideramos essa iniciativa altamente prejudicial a qualquer população. O armamentismo é, inegavelmente, um trabalho de profissionais de guerra, de proprietários de fábricas de armas e munições. Está liga-**

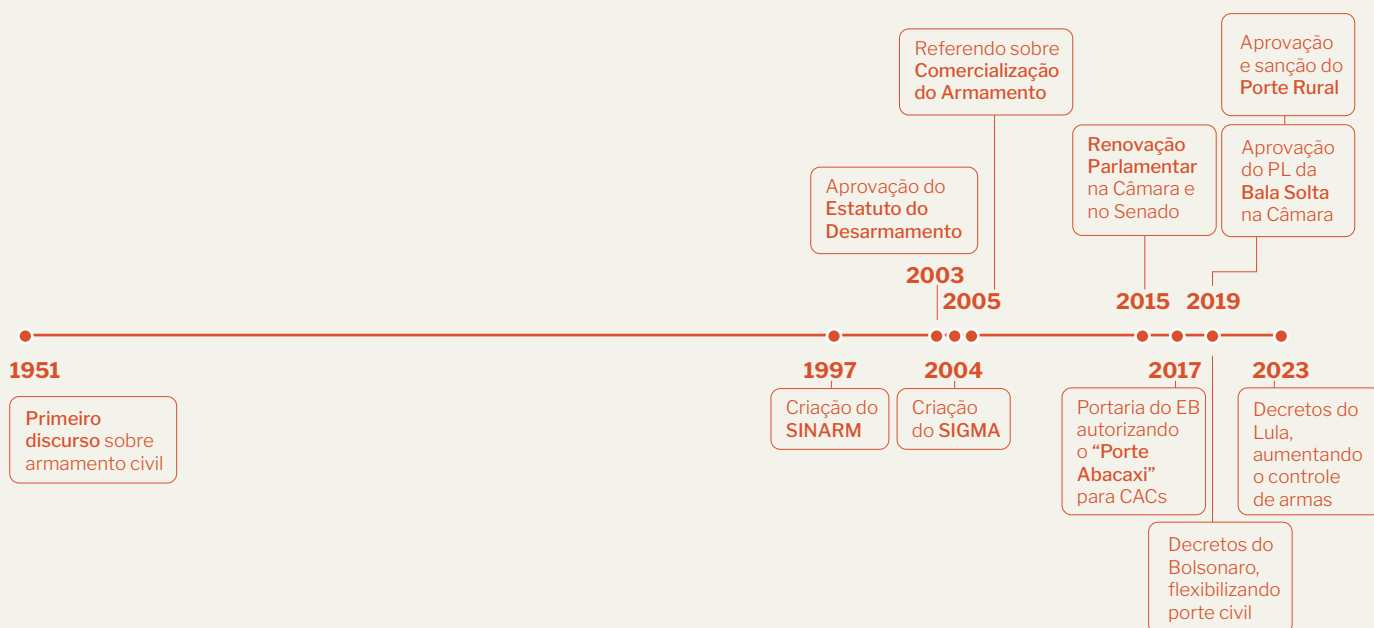
**do, pois, ao alto capitalismo, desejoso de produzir armas de guerra de toda natureza, de todas as formas, para todos os empregos, para vendê-las a todos os países, envenenando-os, procurando jogar umas nações contra as outras causando a todas elas sacrifícios verdadeiramente parado e doloroso.**

### **Campos Vergal (PSP-SP)**

**21 de dezembro de 1951**

**39ª legislatura**

Com base nesse banco, é possível definir: a dimensão que a discussão assume em cada momento histórico; quais os temas relacionados e argumentos mobilizados nos diferentes momentos; quem são os parlamentares protagonistas desse debate; de que forma eles se mobilizaram para fazer avançar suas pautas; e como as casas reagem aos movimentos e acontecimentos externos a elas, seja na sociedade civil, seja no âmbito do poder Executivo.



O material reunido para esta pesquisa permite definir com acuro a existência de dois campos opostos que se organizam no Congresso Nacional em torno do tema: o pró-controle e o pró-armamento. Esta é a primeira e uma das principais conclusões desta pesquisa. Ao observar o que falam os parlamentares que abordam a temática do armamento civil, percebemos que a maioria deles se posiciona claramente a favor da flexibilização de armamentos para a população (aqui chamado de campo pró-armamento) ou a favor de um maior controle estatal do acesso aos mesmos (pró-controle). Poucos parlamentares transitam entre as categorias e poucos discursos não são claros quanto ao campo ao qual se alinham, o que nos permite afirmar a existência bem definida de dois campos opostos.

Ao longo da pesquisa, ficou explícito que não há casualidade na maneira como os parlamentares se organizam, alinham seus argumentos, interesses e estratégias. Ainda que não haja grupos formalmente organizados, é nítida a existência de dois polos que se mobilizam de maneiras diferentes, se apropriam dos argumentos dos adversários e se alternam na liderança dos debates.

A análise do banco de discursos completo apontou diferentes tendências ao longo de setenta anos (de 1951 a 2023). Desde o primeiro, apresentado acima, até o ano de 1996, foram proferidos 56 discursos em plenário por 48 parlamentares diferentes, sendo o próprio deputado Carlos Vergal o que mais vezes falou sobre o tema. Nota-se que esse é um período em que a regulação do acesso de civis a armas de fogo mobiliza muito pouco o parlamento, razão pela qual o classificamos como a “pré-história do debate sobre controle de armas”.

O período entre 1997 e 2006 foi quando a tribuna mais foi utilizada para falar sobre armamento civil no Brasil: 827 discursos proferidos por 292 autores diferentes. Nesse momento, discutiu-se a criação do Sistema Nacional de Armas (SINARM), o próprio Estatuto do Desarmamento e o referendo sobre comercialização de armas. Ou seja, foi nesse contexto em que foram criados os alicerces da regulamentação sobre armas vigente até o presente. Os autores que mais vezes se pronunciaram nesse momento foram Alberto Fraga (DEM-DF), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Lael Varella (PFL-MG) e Luiz Sérgio (PT-RJ).

Entre 2007 e 2014, a discussão perde força e, quando aparece, trata principalmente de duas questões: a regulação do uso de armas de fogo para o manejo de javaporco e a proposta de armamento dos guardas civis e de outras agências do Estado. Nesse período, foram registrados 550 discursos em plenário proferidos por 173 parlamentares, com destaque para os seguintes autores: Chico Alencar (PT-RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Lael Varella (PFL-MG) e Raul Jungmann (PPS-PS).

É entre 2015 e 2018, período da 55ª legislatura, que observamos uma virada. Ocorreu na eleição de 2014 um processo mais intenso de renovação das elites políticas, com a ascensão de diversos novos deputados e senadores. Foi quando Eduardo Bolsonaro se elegeu pela primeira vez como deputado federal, pelo estado de São Paulo, e Jair Bolsonaro foi eleito como o deputado mais votado do Rio de Janeiro, com 654 mil votos. Dentre os eleitos, 198 assumiram pela primeira vez o cargo de deputado. Outros 25 retornaram à Câmara após um período sem mandato legislativo. Esses 223 deputa-

dos correspondem a uma renovação de 43,5% da Câmara Federal.

Até então, a contagem dos discursos registrava maior número de manifestações favoráveis ao controle de armas no país. É nessa legislatura que observamos uma mudança: **pela primeira vez foram contabilizados mais discursos favoráveis à ampliação do acesso às armas do que pelo seu controle.** Nesse período, foram identificados 272 discursos sobre o tema proferidos por 83 autores diferentes, com destaque para os seguintes congressistas: deputado Edson Moreira (PR-MG), Alberto Fraga (DEM-DF), Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), Misael Varella (DEM-MG) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Já a 56ª legislatura (2019-2022) ficou marcada pela centralidade, no debate público, dos esforços empreendidos pelo poder Executivo na direção da ampliação do acesso às armas. Enquanto as políticas de ampliação do acesso avançavam por meio de decretos e portarias, o Legislativo reduziu sua atividade em relação ao tema. Foram registrados apenas 173 discursos, enunciados por 120 autores que se dedicaram a aprovar medidas que concedessem o porte de armas de fogo para categorias até então não contempladas pelo Estatuto do Desarmamento. Destacaram-se nessa legislatura: Bibó Nunes (PL-RS), Erika Kokay (PT-DF) e Heitor Freire (UNIÃO-CE). O domínio do campo pró-armamento se manteve nesse período, marcado pela pouca mobilização do campo pró-controle, ainda que a regulação estivesse em acelerada mudança.

A tendência de redução dos discursos não se sustentou após as eleições de 2022. No primeiro ano da legislatura atual (57ª), iniciada em fevereiro de 2023, 50 parlamentares utilizaram a tribuna 99 vezes para proferir discursos sobre o armamento civil. Desses, apenas 14 não

defenderam a ampliação do acesso. Os números indicam a persistência na redução da atividade dos deputados e senadores favoráveis às políticas de controle na tribuna.

Considerando a mudança na intensidade das posições pró-controle ou pró-armamento a partir da 55ª legislatura, o Instituto Fogo Cruzado optou por analisar as duas últimas legislaturas (2015 a 2018 e 2019 a 2022) e o ano de 2023. Nosso objetivo foi identificar os vetores que incidiram sobre essa transformação de perfil no debate sobre armas. Os dados evidenciam como o campo que defende a ampliação do acesso de civis a armas de fogo no país aumentou e se organizou nesse período. Também fica explícito que, apesar da inflexão no debate, a crítica ou a defesa do Estatuto do Desarmamento segue como eixo norteador do engajamento dos parlamentares no tema.

Para apresentar o conjunto de dados e análises que foi possível extrair do banco de discursos, este relatório se divide em duas partes. Na primeira, **Quem fala?**, o foco é expor quem são os principais interlocutores do tema no Congresso Nacional, mas não isoladamente. A atuação parlamentar não é uma atividade apartada, ela se dá em relação com o Executivo e com a própria formação das Casas, por isso nessa seção olharemos para os parlamentares no contexto de cada legislatura: a 55ª (2015-2018), 56ª (2019-2022) e também o primeiro ano da 57ª.

Na segunda parte, **Como falam?**, mostraremos os principais argumentos mobilizados por cada campo, pró-controle e pró-armamento, e como eles contribuem para os debates no Congresso Nacional, a mobilização política e a movimentação das pautas relacionadas ao armamento civil. Dividimos os argumentos em cinco blocos:



• **Medo da violência:** conjunto de argumentos massivamente utilizado pelo campo pró-armamento (93% das menções) e apenas residualmente pelos pró-controle (7%) que mobilizam a sensação de insegurança para defender seu ponto de vista.

---

• **Gestão da segurança:** assunto estruturante para o campo pró-controle, presente em 69% de seus discursos, versa sobre a interação entre a política de armamento e a política de segurança pública.

---

• **O cidadão de bem:** argumentos baseados na divisão da sociedade entre cidadão de bem e os outros, que são considerados bandidos, muito mais mobilizados pelo campo pró-armamento (97% das menções) e, presente em 53% dos seus discursos.

---

• **O papel da política:** bloco de argumentos que tratam das funções e dos limites de atuação dos poderes Executivo e Legislativo e dos anseios da população. Existe um equilíbrio entre os dois campos nesse caso, já que ambos recorreram a esses argumentos em torno de 30% dos seus discursos.

---

• **Impactos diferenciados das armas:** reúne argumentos que tratam do impacto em parcelas específicas da população, sejam elas definidas por questões identitárias ou pelas diferenças em termos geográficos e de urbanização. O uso desse bloco também é bastante equilibrado entre os dois campos, sendo mobilizado 53% das vezes pelo campo pró-controle e 47% pelo campo pró-armamento.

# COMO FIZEMOS ESTA PESQUISA?

Dentre os diferentes tipos de marcadores da atividade legislativa — projetos de lei, comparecimento e votação no plenário, participação em comissões e outros —, o Instituto Fogo Cruzado iniciou sua investigação pelos discursos proferidos por parlamentares. Utilizando os mecanismos de busca da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com as palavras-chave “desarmamento” e “CAC”, localizamos mais de 1.900 discursos. Durante o processo de limpeza, foram descartados discursos que chegaram pelo filtro dos sites do Congresso Nacional, mas que não se referiam ao armamento civil.

Na sequência, levantamos os dias de votação de proposições do legislativo relacionados ao armamento civil, uma vez que nesses dias há um intenso debate acerca da ampliação do acesso às armas ou do controle de armas. Nesses dias específicos, investimos na leitura de todos os discursos proferidos para selecionar aqueles que discutiam o tema de interesse.

O banco de discursos elaborado após esses três passos conta com 1.977 discursos (1.790 da Câmara e 187 do Senado). Eles foram analisados e classificados pela equipe de pesquisa de acordo com autores, partidos, unidades da federação, temas e outras variáveis, formando um robusto banco de dados. As classificações permitem entender de que maneira os parlamentares falaram no passado e falam, ainda hoje, sobre a circulação de armas de fogo no país.

Na etapa mais recente da pesquisa, os discursos proferidos desde 2015 foram organizados por legislaturas e codificados com o auxílio do software de análise qualitativa Atlas.TI. Para tanto, foram aplicados 172 códigos, que estão organizados em 5 grupos: posicionamento, autores, temas, argumentos e referências.

Para além da organização dos discursos em cada uma destas categorias separadas, também foi possível analisar a relação de cada categoria com as outras, observando sua co-ocorrência. Com o auxílio do *software*, foi realizada uma análise mais aprofundada do contexto, dos atores e das estratégias mobilizadas no debate acerca do armamento civil e os resultados encontrados serão apresentados a seguir. **Boa leitura!**

# 02.

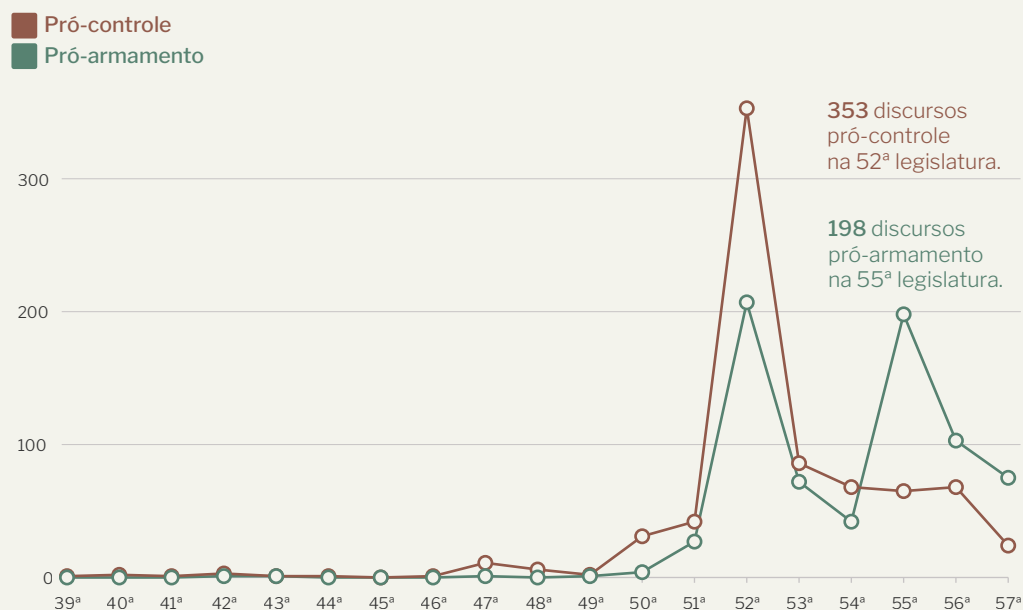
# QUEM FALA?

Para compreender o papel do Congresso Nacional no debate sobre armamento civil em anos recentes é necessário considerar algumas características da conjuntura política brasileira da última década. O arco temporal escolhido para este relatório vai de 2015 a 2023, o que coincide com as duas últimas legislaturas federais e o primeiro ano da atual. Tal recorte justifica-se porque ao olharmos para a tota-

lidade de discursos sobre o tema desde a década de 1950, percebemos que neste período recente houve uma inflexão na direção do apoio à ampliação do acesso de civis a armas de fogo no parlamento. Como vemos no gráfico a seguir, essa transição é severa: mais de 70% do total de discursos entre 2015 e 2018 foram proferidos por armamentistas.

## QUANTIDADE DE DISCURSOS POR CAMPO NAS LEGISLATURAS

FORTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



Essa virada nos padrões históricos de estruturação do debate sobre o tema no congresso se deu num período de aceleradas transformações no funcionamento da democracia brasileira. As eleições de 2014 foram as primeiras após as massivas manifestações de junho de 2013 e captaram um impulso por mudança, que se traduziu na maior taxa de renovação da Câmara dos Deputados desde as eleições de 1994. As eleições seguintes, em 2018, seguiram a tendência de renovação das elites políticas, com o maior número de deputados não-reeleitos, desde 1990. A atual legislatura dá sinais

de estabilização desse processo, com a menor renovação desde 1998.

A chegada de novos parlamentares ao Congresso, sobretudo de perfil conservador, se traduziu também em maior instabilidade nas relações entre Executivo e Legislativo. As eleições para a presidência da Câmara em 2015 consagraram a vitória de um opositor ao governo federal, Eduardo Cunha (MDB-RJ), responsável por avançar diversas pautas contrárias aos interesses do Executivo. Foi no contexto desta legislatura, que os discursos favoráveis à ampliação do

acesso de civis a armas de fogo começaram a ganhar centralidade.

Em 2016, o Congresso Nacional aprovou o primeiro impeachment, desde 1992, derrubando Dilma Rousseff e dando origem à gestão de Michel Temer. No curso do governo Temer, o Brasil atingiu o recorde de violência letal, quando mais de 64 mil pessoas foram assassinadas e a taxa de mortalidade chegou a 30,9 por 100 mil habitantes. Em fevereiro de 2018, por meio de Medida Provisória, foi criado o Ministério da Segurança Pública e, na mesma época, foi editado o Decreto [9.288/2018](#), da Presidência da República, que determinou intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro — vigente até o dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ainda no mesmo período, foi criado o [Sistema Único de Segurança Pública \(SUSP\)](#), implementado pela [Lei nº 13.675/2018](#), que dá arquitetura uniforme ao setor em âmbito nacional e prevê o compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal.

É o governo de Michel Temer que primeiro reverte a orientação dos governos anteriores em relação ao acesso de civis a armas de fogo. A orientação do Executivo federal passa a ser em direção à flexibilização das normas de circulação de armas e munições. Em 2017, a portaria n.º 150 do Comando Logístico do Exército Brasileiro mudou o porte de trânsito de armas para os Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC). A categoria ganhou o direito de se deslocar de casa até o clube de tiro ou competição com a arma muniçada e pronta para uso. A subjetividade dessa noção de deslocamento causou insegurança jurídica, na medida em que faltavam parâmetros objetivos para entender quando os CAC podiam ou não estar com suas armas prontas para

uso nas ruas.<sup>1</sup> Por essa razão, a medida ficou conhecida como “porte abacaxi”.

A 56ª legislatura do Congresso Nacional (2019-2022) coincidiu com a gestão de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República, que aprofundou o direcionamento de flexibilização no que diz respeito ao acesso a armas. Logo em seus primeiros atos, Bolsonaro editou o [Decreto 9.685/19](#) ampliando o prazo de validade dos registros de armas (de 5 para 10 anos) e aumentando o número de armas autorizadas para moradores de áreas rurais de 2 para 4. No decorrer do governo, outros decretos e portarias foram publicados, tocando em diversos aspectos da regulação estatal sobre a circulação de armas de fogo: a quantidade de armas autorizadas a cidadãos comuns e CAC, o aumento dos calibres liberados, a ampliação do acesso à pólvora e a redução de mecanismos de rastreamento e controle de armas e munições são apenas alguns dos exemplos, os mais emblemáticos.

A estratégia de alteração da política de armas por meio de decretos e portarias revela que, no cálculo do governo, o poder legislativo não era um espaço de maioria garantida em torno da ampliação do acesso de civis a armas de fogo. Houve, no período, sinais de que o avanço da agenda do governo seria difícil. Isso pode ser verificado pela lenta tramitação de projetos de lei acerca do tema, em função das prioridades definidas pela mesa diretora da Câmara dos Deputados sob gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ), bem como pela derrubada de decretos no Senado Federal. Ainda assim, nesta legislatura, foram votados dois Projetos de Lei importantes: o [PL n.º 3.715/2019](#), que versa sobre o porte rural e virou norma jurídica, e o [PL n.º 3.723/2019](#), também conhecido como Estatuto do CAC, aprovado pelo plenário da Câmara e parado na CCJ do Senado.

**1.** Em entrevista, o pesquisador e policial federal Roberto Uchôa apontou que: “Até aquele ano, eram os esportistas que frequentavam os clubes [de tiro]. Esse público que chega depois não vai atraído pelo tiro desportivo, mas se torna CAC para conseguir o porte de trânsito”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/colecionadores-e-cacadores-usam-aplicativos-e-redes-de-clubes-para-contornar-regras-de-porte-de-arma.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2024.



Fonte: Adobe Stock

Finalmente, a 57ª legislatura ocorre concomitantemente ao terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Executivo federal parece ter retomado o direcionamento mais controlador em relação ao acesso de civis a armas de fogo, a tendência predominante de 2003 a 2015. Em um dos seus primeiros atos após a posse, ainda em 1º de janeiro de 2023, Lula assinou o [Decreto n.º 11.366/2023](#), que suspendeu por um ano: os registros para a aquisição e transferência de armas e munições de uso restrito por CAC e particulares; a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro; e a concessão de novos registros CAC. A normativa também reduziu os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido e instituiu um grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento.

Durante o primeiro semestre de 2023, o governo construiu com o grupo de trabalho o [Decreto n.º 11.615/2023](#), conferindo nova regulamentação ao Estatuto. Este decreto: reduziu o número de armas que podem ser adquiridas por civis para defesa pessoal; diminuiu a quantidade de munição que uma pessoa pode comprar anualmente; retomou a obrigatoriedade de comprovação da efetiva necessidade para a compra da arma; tornou novamente a pistola 9mm em arma de uso

restrito; proibiu clubes de tiros 24 horas e obrigou seu funcionamento entre 6h e 22h; determinou a passagem, de forma progressiva, do Exército para a Polícia Federal, a responsabilidade de fiscalizar os CAC; reduziu novamente a validade do registro de posse de arma de fogo de 10 para 5 anos; entre outras alterações na normativa vigente.

Em outubro do mesmo ano, veio mais uma medida: o [Decreto n.º 11.764/2023](#), que subiu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de armas e munições. Em 6 de novembro, a [portaria conjunta n.º 2](#), baixada pelo Exército e pela Polícia Federal, especificou calibres classificados como de uso restrito e de uso permitido e ainda ampliou o universo de armas longas consideradas de uso restrito. Ou seja, em um ano, o governo federal agiu incisivamente para que o Estado brasileiro retomasse o controle da circulação de armas.

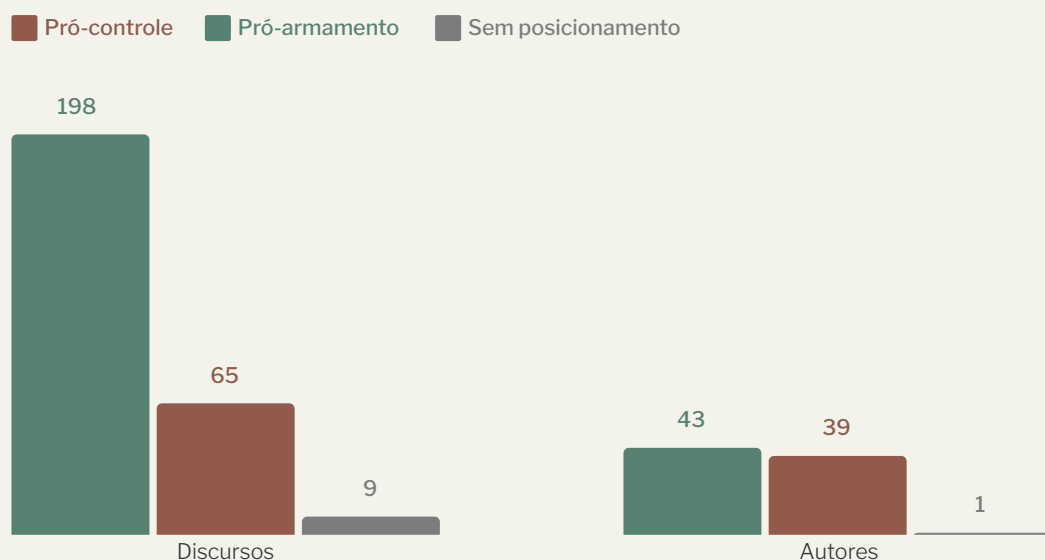
Ao longo das três legislaturas analisadas, o comportamento do Congresso Nacional variou também de acordo com essa conjuntura. A seguir, apresentamos a análise detalhada que fizemos sobre esse comportamento para esclarecer, afinal, quem fala sobre armas no Legislativo brasileiro e qual o seu posicionamento.

# 55ª LEGISLATURA: QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA TRANSIÇÃO ARMAMENTISTA?

Durante a primeira legislatura aprofundada nesta pesquisa, entre 2015 e 2018, mapeamos 272 discursos no Congresso Nacional sobre o armamento civil. Como dito anteriormente, observa-se uma mudança importante: pela primeira vez em toda a história do debate sobre armamento civil no Congresso Nacional, há uma inversão de posicionamento. Se antes os discursos pró-controle eram maioria, a partir desse momento os discursos pró-armamento se tornam majoritários – três vezes mais volumosos que o campo oposto.

## QUANTIDADE DE DISCURSOS E AUTORES POR POSICIONAMENTO NA 55ª LEGISLATURA

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



2. No dia 18 de março de 2015, Marcello Fragano Baird, na época coordenador de projetos do Instituto Sou da Paz, discursou a convite do Partido Verde, defendendo a criação de um Plano Nacional de Redução de Homicídios que tivesse como um dos eixos estruturantes uma política de controle de armas.

3. Como referência, vale citar que apenas a Câmara dos Deputados tinha 80% de brancos e 20% de negros na legislatura em questão.

4. Relatório do Instituto Sou da Paz “O papel da arma de fogo na violência contra a mulher”, de 2022. Disponível em: [https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Relatorio-Violencia-contra-a-mulher\\_edicao\\_2022.pdf](https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Relatorio-Violencia-contra-a-mulher_edicao_2022.pdf). Acessado em: 30 abr. 2024.

Mas quem foram os responsáveis por essa transição? Identificamos o total de 83 autores nos discursos da 55ª legislatura: 82 parlamentares e 1 não parlamentar<sup>2</sup>. Os perfis de gênero e raça dos congressistas que falaram sobre o tema em plenário são compatíveis com os da composição total do legislativo, com ampla maioria de homens e brancos à frente das discussões. Foram 74 homens (89%) e 9 mulheres (11%), coincidindo exatamente com a composição geral do Congresso. No que diz respeito à identificação racial, é mais difícil estabelecer se a proporção de brancos e negros falando sobre armas corresponde à proporção geral do

Congresso Nacional, uma vez que não há informações sobre raça disponíveis para todos os parlamentares. Dentre os que falaram sobre armas, 59 (71%) eram brancos e 24 (29%) eram negros<sup>3</sup>.

O perfil pouco diverso dos atores engajados no debate deixa de fora importantes segmentos da população diretamente afetados pela circulação de armas. Segundo um relatório do Instituto Sou da Paz<sup>4</sup>, metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolveram armas de fogo. Só em 2020, para cada duas mulheres assassinadas no país, uma foi morta a tiros. O discurso do deputado Alberto

Fraga, cujo trecho reproduzimos a seguir, é um bom exemplo de como a imagem da arma de fogo como instrumento de defesa da mulher foi construída pelo campo pró-armamento<sup>5</sup>:

Duzentas mil mulheres aproximadamente, por ano, nos Estados Unidos, usam armas para se defender dos crimes sexuais. Em linhas gerais, em 80% das vezes as armas são usadas para evitar crimes. Repito: trata-se estudo feito pela Universidade de Harvard; não pela ONG Sou da Paz, nem pela Viva Rio.

**Alberto Fraga (DEM-DF)**

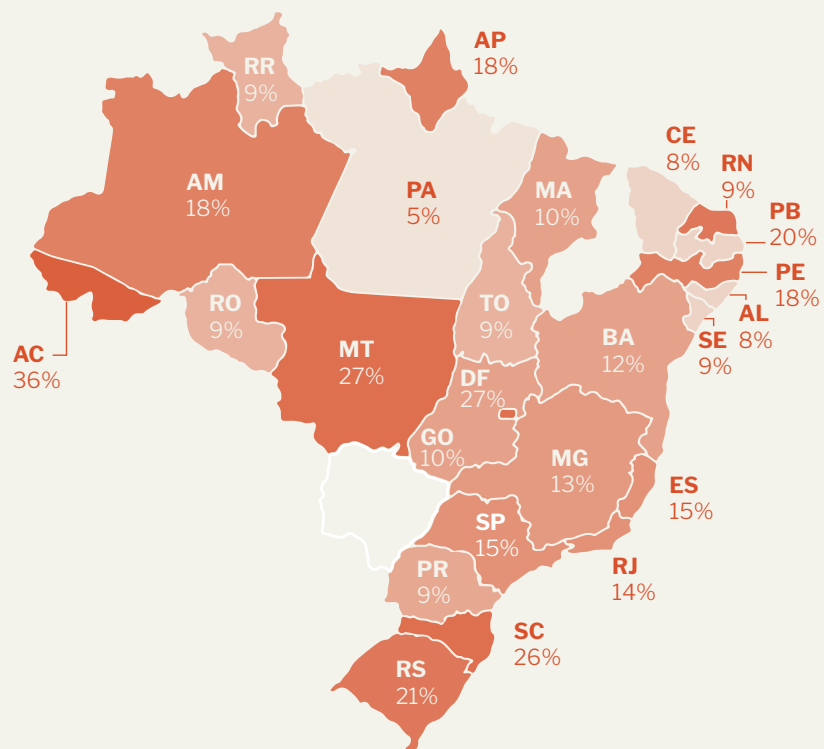
25 de maio de 2015

55ª Legislatura

Os parlamentares que discutiram o tema nesta legislatura são majoritariamente dos estados de São Paulo (11 parlamentares), Rio Grande do Sul (8 parlamentares), Rio de Janeiro e Minas Gerais (6 parlamentares cada). Todavia, como a representação de parlamentares por estado é distinta, não podemos dizer que esses foram os estados que mais concentraram políticos eleitos interessados no tema. Considerando o número proporcional, nota-se que os estados que mais tiveram parlamentares discursando foram Acre (36% dos representantes deste estado opinaram sobre o tema), Distrito Federal e Mato Grosso (com 27% cada), seguidos por Santa Catarina (26%), Rio Grande do Sul (21%) e Paraíba (20%).

## PROPORÇÃO DE PARLAMENTARES POR ESTADO QUE DISCURSARAM SOBRE ARMAMENTO CIVIL NA 55ª LEGISLATURA

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



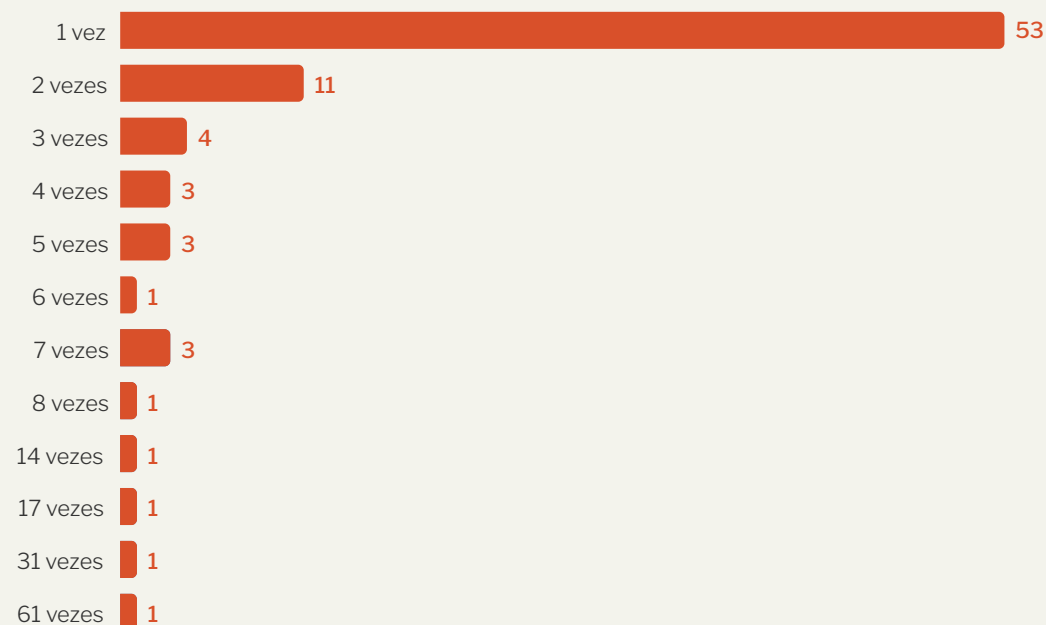
5. A Lei Maria da Penha determina que agressores de mulheres tenham suas armas apreendidas, mesmo quando estas sejam instrumento de trabalho, como é o caso de policiais. Ou seja, há um entendimento, acumulado em leis vigentes, de que armas de fogo colocam mulheres em situação de maior vulnerabilidade, e não o contrário.

Um dado interessante é que além de serem poucos os parlamentares que sobem ao palanque para tratar do tema das armas (apenas 14% do total de parlamentares com cadeira no Congresso Nacional), a maioria destes ainda aborda o tema de forma episódica. É notável que há uma grande concentração de discursos em poucas figuras, em ambos os campos. Identificamos que 53 dos 83 autores — ou seja, 64% — só abordaram o armamento civil uma vez ao longo do

seu mandato. Quase metade das falas (123 ou 45%) estão concentradas em 4 figuras, os protagonistas dessa legislatura: Delegado Edson Moreira (PTN-MG), que discursou 61 vezes; Alberto Fraga (DEM-DF), que discursou 31 vezes; Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), que discursou 17 vezes; e Misael Varella (DEM-MG), que discursou 14 vezes. Todos defenderam a ampliação do acesso a armas para a população civil.

## QUANTIDADE DE VEZES EM QUE CADA AUTOR DISCURSOU SOBRE ARMAMENTO CIVIL NA 55ª LEGISLATURA

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



**6. O projeto de lei revoga o Estatuto do Desarmamento e, entre outras medidas: (i) aumenta de seis para nove a quantidade de armas que podem ser adquiridas por cada cidadão; (ii) determina que a idade mínima de aquisição de arma de fogo caia de 25 para 21 anos; (iii) amplia a competência de expedição do Certificado de Registro — que atualmente é competência exclusiva da Polícia Federal — para a polícia civil dos estados; e (iv) determina que a autorização de compra deve ser concedida em até 72 horas úteis além de torná-la permanente. Essas medidas representam um enorme retrocesso do ponto de vista de controle das armas de fogo, principalmente com a descentralização da autorização para as polícias civis**

**7. Fonte: Câmara de Deputados**

Três parlamentares são centrais nos debates sobre armas nesse período: Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), Alberto Fraga (DEM-DF) e Delegado Edson Moreira (PR-MG). Rogério Peninha é um engenheiro agrônomo natural de Santa Catarina, tem 70 anos e é autor do Projeto de [Lei n.º 3.722/2012](#), que propõe

alterar o Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940, e revogar a Lei n.º 10.826, de 2003 — o Estatuto do Desarmamento<sup>6</sup>. Peninha atuou como deputado federal em três legislaturas (54<sup>a</sup>, 55<sup>a</sup> e 56<sup>a</sup>) e teve quatro Projetos de Lei de sua autoria transformados em norma jurídica<sup>7</sup>, nenhum deles relacionado ao tema do armamento civil.

## PRÓ-ARMAMENTO



**Rogério Peninha** é um engenheiro agrônomo natural de Santa Catarina, tem 70 anos e é autor do Projeto de [Lei nº 3.722/2012](#), que propõe alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e revogar a Lei nº 10.826, de 2003 — o Estatuto do Desarmamento. Peninha atuou como deputado federal em três legislaturas (54ª, 55ª e 56ª) e teve quatro projetos de lei de sua autoria transformados em norma jurídica, nenhum deles relacionado ao tema do armamento civil.

Além de propor a revogação do Estatuto do Desarmamento, Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) levou o tema do armamento civil 17 vezes ao plenário durante a 55ª legislatura. Foi o terceiro deputado que mais falou sobre o assunto nesse período.

## PRÓ-ARMAMENTO



**Alberto Fraga** está atualmente em seu quinto mandato como deputado federal pelo Distrito Federal. Foi quem fundou, em 2005, a Frente Parlamentar de Segurança Pública, inicialmente com o nome de “Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa”, reunindo 202 deputados contrários à proibição do comércio de armas de fogo no Brasil, tema do referendo realizado naquele ano<sup>8</sup>. O parlamentar, de 67 anos, é coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal. Em 2024, Fraga foi eleito presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Alberto Fraga é amigo pessoal de Jair Bolsonaro e foi quem sugeriu e redigiu as primeiras versões dos decretos do ex-presidente para flexibilizar a posse e o porte de armas no país.

8. Fonte: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/regioes-centro-oeste-e-norte-lideram-indices-de-deputados-pro-armas/>> Acessado em 26 fev. 2024.

Delegado Edson Moreira é o parlamentar com maior quantidade de discursos sobre o tópico nessa legislatura, 61 ao todo. O deputado tem 64 anos e é delegado de polícia civil em Minas Gerais, onde ganhou notoriedade por trabalhar no Caso Eliza Samudio. Em 2014, foi eleito deputado federal por Minas Gerais, pelo Partido Republicanos. Na única legislatura em que atuou no Congresso Nacional dedicou-se às matérias e aos debates ligados à segurança pública, mas não teve nenhum PL transformado em norma jurídica.

Entre os parlamentares favoráveis ao maior controle sobre a circulação de armas, os mais ativos foram: deputados Luiz Couto (PT-PB), com 7 discursos; deputado Alessandro Molon (PT-RJ), com 6; deputado Ivan Valente (PSOL-SP), com 4; e senador Jorge Viana (PT-AC), que discursou 3 vezes. Juntos, eles somaram 20 discursos, representando 7% do total no período. Destaca-se que o parlamentar que mais abordou o tema no Congresso pelo campo pró-controle o fez quase 9 vezes menos do que o parlamentar que concentrou o discurso no campo pró-armamento.



Delegado Edson Moreira



Luiz Couto

Com 61 discursos sobre o tema do armamento civil, o deputado de único mandato Delegado Edson Moreira (Republicanos-MG) foi o que mais levou o tema ao plenário na 55ª legislatura. Ele discursou quase nove vezes mais do que Luiz Couto (PT-PB), que liderou o debate no Congresso pelo campo pró-controle com apenas 7 discursos.

Se considerarmos toda a composição do Congresso naquele momento, 39% são parlamentares de primeiro mandato. É nesse pleito que Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Luiz Carlos Heinze (PP-RS) são eleitos como os deputados mais votados em seus respectivos estados, e Celso Russomano (PRB-SP) é o mais votado do Brasil. Esses dados expõem algumas transformações ocorridas no Legislativo nacional na 55ª legislatura, caracterizada por uma “guinada conservadora” nas urnas. Dos parlamentares armamentistas

mapeados por esta pesquisa, 16 estavam em seu primeiro mandato (37%), assim como o Delegado Edson Moreira. No campo pró-controle, os parlamentares na mesma situação eram apenas 7 (ou 18% do total). O campo pró-armamento também concentra parlamentares de um mesmo campo de atuação: são 11 agentes de segurança ou militares. Essa concentração não é observada no campo pró-controle, no qual os congressistas são de diferentes áreas profissionais.

9. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/06/10/eliza-samudio-morte-completa-12-anos-e-corpo-nao-foi-encontrado.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2024.

# 56<sup>a</sup> LEGISLATURA: O AVANÇO DO EXECUTIVO E A RETRAÇÃO DO LEGISLATIVO



Entre 2019 e 2022, período da 56<sup>a</sup> legislatura, houve uma redução da atividade de parlamentares pró-armamento discursando acerca do tema nas tribunas das duas casas, enquanto os parlamentares pró-controle mantiveram o número de discursos da legislatura anterior. A quantidade de parlamentares mobilizados por essa temática, no entanto, aumentou e houve muito mais parlamentares que se posicionaram a favor do amplo acesso de armas de fogo. Ou seja, nessa legislatura, a concentração de discursos por parlamentar diminuiu consideravelmente e o número de parlamentares discursando pró-armamento cresceu de forma mais acelerada que o grupo pró-controle.

Registramos 173 discursos debatendo o armamento civil (99 a menos do que na legislatura anterior), proferidos por 120 parlamentares (37 a mais do que na legislatura anterior): 68 congressistas do campo pró-armamento, 47 do campo pró-controle e 5 parlamentares tiveram mais de um posicionamento. Enquanto na 55<sup>a</sup> legislatura 15 parlamentares discursaram 4 vezes ou mais, na atual apenas 3 o fizeram. São eles: Bibo Nunes (PL-RS), pró-armamento; Heitor Freire (União Brasil-CE), pró-armamento; e Erika Kokay (PT-DF), pró-controle.

## PRÓ-ARMAMENTO

10. Fonte <<https://www.intercept.com.br/2019/05/12/bibo-nunes-show-as-maracutaias-do-deputado-federal-e-apresentador-de-tv-que-rachou-o-psl-gaucho/>> acesso em 08 de maio de 2024.

11. Fonte <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/novos-diretores-da-sudene-sao-apresentados-ao-quadro-funcional-da-autarquia>> acesso em 08 de maio de 2024.

12. Fonte <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-deputado-nomeado-para-cargo-no-governo-do-pt-ja-defendeu-secretaria-de-desesquerdizacao/>> acesso em 08 de maio de 2024.



**Bibó Nunes**, de 67 anos, foi eleito pela primeira vez para o Congresso Nacional na 56ª Legislatura. Antes de chegar a Brasília, o deputado gaúcho era radialista e apresentador de TV, estava no ar desde a década de 1980 e apresentou o Bibó Nunes Show por 10 anos. O programa sensacionalista foi palco para a campanha presidencial de Jair Bolsonaro durante o pleito de 2018<sup>10</sup>.

Os deputados Bibó Nunes e Heitor Pereira Freire foram eleitos pela primeira vez na onda bolsonarista de 2018.



**Heitor Pereira Freire** tem 41 anos, é formado em Administração pela Universidade Estadual de Framingham (EUA), pós-graduado em Finanças pela Escola de Finanças de Londres e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade de Wolverhampton, também na Inglaterra. Foi eleito deputado federal pelo PSL na onda Bolsonarista de 2018. Seu gabinete ficou conhecido por ser estampado com frases de apoio ao torturador Brilhante Ustra<sup>11</sup>. Atualmente no União Brasil, partido da base governista, Freire ocupa o cargo de diretor de gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)<sup>12</sup>.

## PRÓ-CONTROLE



**Erika Kokay** é natural de Fortaleza e tem 61 anos, é psicóloga pela Universidade de Brasília, foi a primeira mulher presidenta do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do DF. A parlamentar iniciou sua vida política no movimento estudantil durante a ditadura civil-militar. Em 2002 entrou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, atualmente está em seu quarto mandato no Congresso Nacional.

Erika Kokay na 56ª legislatura estava em seu terceiro mandato no Congresso Nacional.

Com 3 discursos, no campo pró-armamento, estão: Capitão Alberto Neto (REPUBLICANOS-AM); Delegado Éder Mauro (PSD-PA); Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG); Major Vitor Hugo (PSL-GO); e Marcel Van Hatten (NOVO-RS). Mais uma vez temos neste campo uma prevalência de parlamentares cuja profissão é agente de segurança ou militar (são 23 entre os 68 identificados). Dos parlamentares desse campo, 66% estavam em seu primeiro mandato.

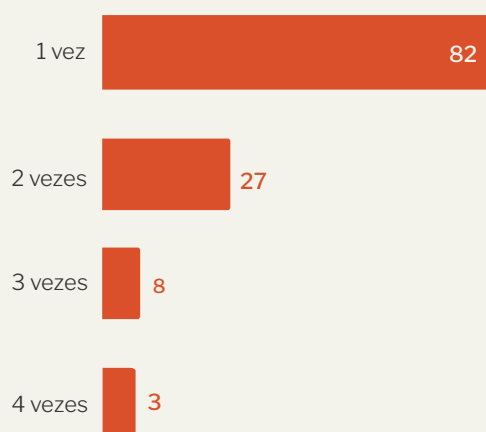
No campo pró-controle, concentram três discursos cada: Benedita da Silva (PT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Jorge Solla (PT-BA). Apenas um dos 47 parlamentares pró-controle eram agentes de segu-

rança ou militares. E 15% estavam em seu primeiro mandato.

A prevalência do campo pró-armamento se mantém nesta legislatura, mas a desigualdade entre os campos diminuiu: se entre 2015 e 2018 o campo pró-armamento discursou quatro vezes mais que o pró-controle, nessa o número não chega ao dobro. Também chamou atenção que 5 congressistas tiveram seus discursos categorizados em mais de um posicionamento, o que significa que oscilaram entre posições pró-armamento e pró-controle. São eles: Arthur Lira (PP-AL), Fábio Trad (PSD-MS), Gilberto Abramo (Republicanos-MG), José Nelto (PP-GO) e Tiago Dimas (Podemos-TO).

## QUANTIDADE DE DISCURSOS PROFERIDOS POR AUTORES NA 56ª LEGISLATURA

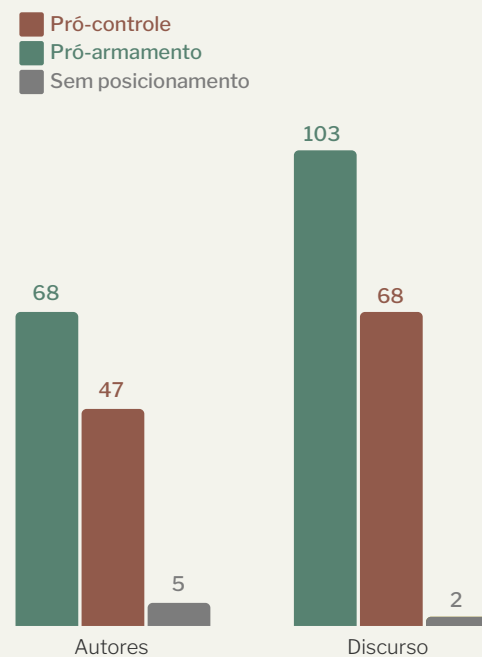
FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



Levantamos aqui a hipótese de que essa aproximação entre os campos pode estar associada à mudança significativa na posição do poder Executivo a respeito das armas. O posicionamento pró-flexibilização da Presidência da República pode ter influenciado a redução significativa de pronunciamentos de parlamentares que defendem o mesmo posicionamen-

## QUANTIDADE DE DISCURSOS E AUTORES POR POSICIONAMENTO NA 56ª LEGISLATURA

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



to (se refletindo na queda de 48%) e o aumento, embora tímido, de discursos pró-controle (aumento de 5%). Os dados da legislatura anterior apontam na mesma direção, uma vez que a maior parte da atividade pró-armamento se concentrou no período em que Dilma Rousseff era presidenta, diminuindo após Michel Temer assumir o executivo.

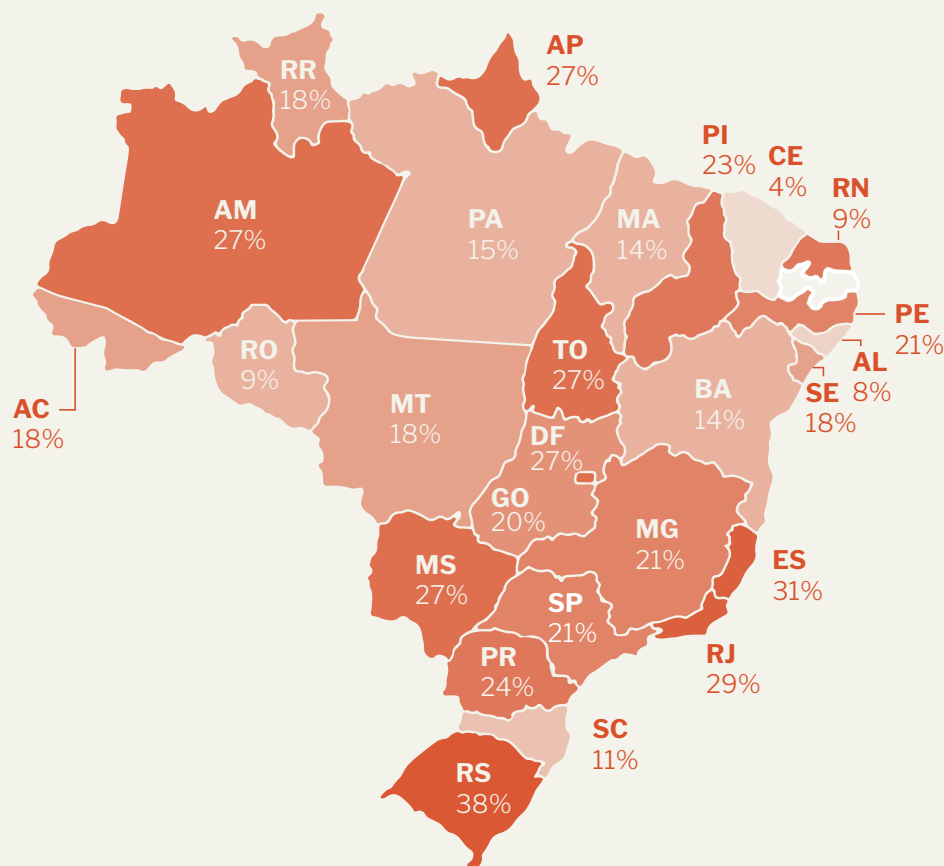
Mas é importante fazer a ressalva de que esta foi a legislatura marcada pela pandemia de Covid-19, o que pode ter afetado os debates legislativos sobre o tema, alterando as prioridades dos parlamentares. Um indício dessa possibilidade é que, no primeiro ano da legislatura, o único não marcado pela pandemia, foram registrados mais discursos do que em qualquer ano da legislatura anterior. Foi também nesse ano (o primeiro do governo de Jair Bolsonaro) que o Executivo publicou 10 decretos<sup>13</sup> que regulamentavam armas e munições e o Congresso Nacional aprovou uma lei<sup>14</sup> sobre o tema.

O perfil dos congressistas que falam sobre armas no Congresso continua o mesmo: a maioria é homem e branco. Identificamos 103 homens e 17 mulheres: a representação dos parlamentares que discursaram e aqueles que compõem o Congresso é a mesma: 86% homens e 14% mulheres. Quanto à raça, em números absolutos são 95 brancos (79%), 24 negros (20%) e 1 indígena. Nesse aspec-

to, há uma proximidade em relação ao perfil do Congresso, que é 79% branco e 21% negro. Os indígenas não chegam a 1% do perfil do Congresso nem de quem discursa sobre armas.

Em números absolutos, os parlamentares de São Paulo são os mais presentes no debate (15), seguidos pelos do Rio de Janeiro (14 parlamentares), Rio Grande do Sul (13 parlamentares), Minas Gerais (12 parlamentares) e Paraná (8 parlamentares). Ao ponderar essas informações pelo tamanho das bancadas de cada estado, nota-se que o Rio Grande do Sul se destaca (38% dos parlamentares do estado discursaram sobre armamento), seguido de Espírito Santo (31%) e Rio de Janeiro (29%). Cabe ressaltar que, nesta legislatura, somente o estado da Paraíba não teve nenhum parlamentar falando sobre o tema, uma mudança em relação à legislatura anterior, quando dois estados não registraram discursos de suas bancadas (Piauí e Mato Grosso do Sul).

## PORCENTAGEM DE PARLAMENTARES QUE DISCURSARAM SOBRE ARMAMENTO CIVIL POR ESTADO NA 56ª LEGISLATURA



13. Decreto N° 9.685, Decreto N° 9.720, Decreto N° 9.785, Decreto N° 9.797, Decreto N° 9.844, Decreto N° 9.845, Decreto N° 9.846, Decreto N° 9.847, Decreto N° 9.898, Decreto N° 10.030.

14. Lei 13.870

# 57ª LEGISLATURA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO GRUPO PROARMAS

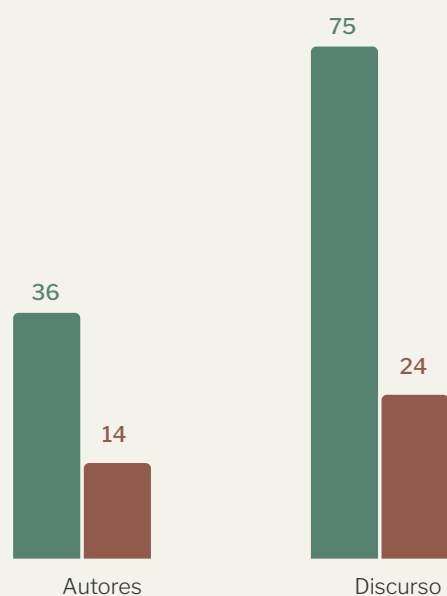
Essa pesquisa é finalizada no decorrer da 57ª legislatura, da qual pesquisamos apenas o ano de 2023. Já se nota, no entanto, mudanças interessantes em relação à organização dos parlamentares que discursam sobre armas no Congresso Nacional. A desigualdade entre os dois campos, por exemplo, voltou a crescer: o número de discursos do campo pró-armamento é mais de três vezes maior do que os do campo pró-controle.

Foram 50 os parlamentares que discursaram nesse ano, e o fizeram 99 vezes: 36 eram do campo pró-armamento e 14 do campo pró-controle. Destacam-se os armamentistas: Marcos Pollon (PL-MS), com 14 discursos; Eduardo Bolsonaro (PL-SP), com 7 discursos; Alberto Fraga (PL-DF), com 5 discursos; Coronel Fernanda (PL-MT), com 4 discursos; e Cabo Gilberto Silva (PL-RS) e José Medeiros (PL-MT) com 3 discursos cada. E, no campo oposto, os parlamentares: Erika Kokay (PT-DF), com 6 discursos; Chico Alencar (PSOL-RJ) com 3 discursos.

## QUANTIDADE DE DISCURSOS E AUTORES POR POSICIONAMENTO NO ANO DE 2023

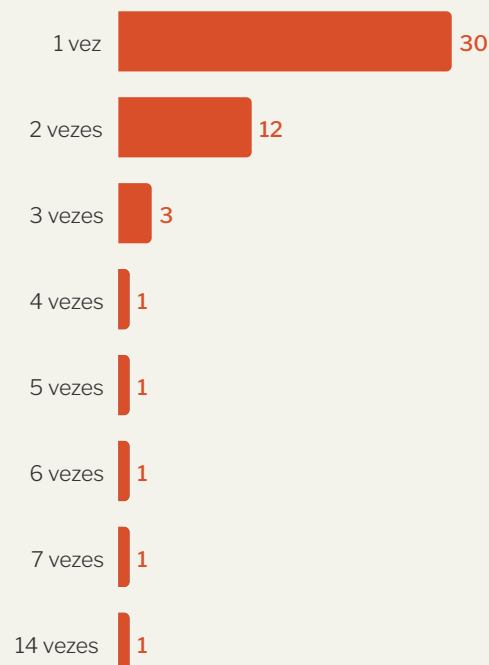
FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.

■ Pró-controle  
■ Pró-armamento



## QUANTIDADE DE VEZES EM QUE CADA AUTOR DISCURSOU SOBRE ARMAMENTO CIVIL NO ANO DE 2023

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



**15.** Pollon é próximo da família Bolsonaro, em especial do deputado federal Eduardo Bolsonaro, com quem frequentemente promove lives nas redes sociais. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/advogado-armamentista-de-ms-e-candidato-do-cla-bolsonaro>. Acesso em: 01 mai 2024.

**16.** Disponível em: <https://proarmasbrasil.com.br/>. Acesso em: 01 mai 2024.

**17.** Na Câmara estão: Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS); Julia Zanatta (PL-SC); Pedro Lupion (PP-PR); Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP); Mário Frias (PL-SP); Mauricio Souza (PL-MG); Capitão Alden (PL-BA); Delegado André Davi (Republicanos-SE); Cabo Gilberto Silva (PL-PB); Sargento Gonçalves (PL-RN); André Fernandes (PL-CE); Bia Kicis (PL-DF); Marcos Pollon (PL-MS); Amália Barros (PL-MT); Capitão Alberto Neto (PL-AM); Coronel Ulysses (União Brasil-AC). Já no Senado estão: Hamilton Mourão (Republicanos-RS); Jorge Seif (PL-SC); Marcos Pontes (PL-SP); Magno Malta (PL-ES); Rogério Marinho (PL-RN); Jaime Bagattoli (PL-RO); Alan Rick (União Brasil - AC). Além do Congresso Nacional, o proarmas elegeu parlamentares nas casas legislativas estaduais em 9 estados espalhados por todas as regiões do país. São eles: César Mello (PSC-PR), Danilo Ballas (PL-SP), Coronel Sandro (PL-MG), Gilberto Cattani (PL-MT), Delegado Rodrigo Camargo (Republicanos-RO), Delegado Péricles (PL-AM), Olyntho Neto (PSDB-TO), Coronel Azevedo (PL-RN), Cabo Bebeto (PL-AL). O grupo armamentista também teve êxito nos executivos estaduais, Tarcisio Freitas (Republicanos-SP) foi eleito para governar São Paulo e Jorginho Mello (PL-SC) conquistou a vaga em Santa Catarina.

**18.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5042119-pro-armas-bancada-dos-cacs-tera-23-representantes-no-congresso.html>

É de se notar que a bancada pró-armamento nesta legislatura é mais de duas vezes maior que a bancada pró-controle, e mais da metade (53%) dos congressistas desse campo estão em seu primeiro mandato. No campo pró-controle, apenas 2 parlamentares (14%) estavam em seu primeiro mandato. Mais uma vez, metade dos parlamentares do campo pró-armamento é agente de segurança ou militar: 18 deles, enquanto nenhum profissional da segurança tem posicionamento no campo pró-controle.

Chama a atenção nessa legislatura a figura do deputado Marcos Pollon (PL-MS).

## PRÓ-ARMAMENTO



**Marcos Polon**, deputado federal do Mato Grosso do Sul. Em sua estreia na política, o advogado e professor de Direito foi o deputado federal mais votado de seu estado nas eleições de 2022, com 103.111 votos. Ele é o fundador do grupo PROARMAS.

O PROARMAS se organizou nas eleições de 2022 apoiando financeiramente vários candidatos ao Congresso Nacional e conseguiu eleger 23 deles, sendo 16 deputados e 7 senadores<sup>17</sup>. Juntos, esses congressistas somaram 18,6 milhões de votos.<sup>18</sup> Todavia, eles não foram tão centrais para o discurso sobre armamento no legislativo no ano de 2023 quanto era de se esperar. O grupo foi responsável por 30% dos discursos de 2023, um volume significativo. Mas apenas 10 dos 23 parlamentares discursaram: Marcos Pollon (PL-MS), com 14 discursos; Cabo Gilberto Silva (PL-PB) com 3 discursos; Tenente

Em sua estreia na política, o advogado e professor de Direito foi o deputado federal mais votado de seu estado nas eleições de 2022, com 103.111 votos<sup>15</sup>. Ele é o fundador do grupo PROARMAS, que se define como

uma iniciativa de produzir conteúdo sobre as questões políticas, filosóficas, jurídicas e técnicas sobre armas de fogo e o acesso civil às armas de fogo. [E busca] Com este conhecimento organizar ações em prol da busca da restauração destes direitos fundamentais tais como viver e permanecer vivo por meio do acesso à legítima defesa<sup>16</sup>.

Coronel Zucco (Republicanos-RS), Bia Kicis (PL-DF), Capitão Alberto Neto (PL-AM), Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) e Capitão Alden (PL-BA) com 2 discursos cada; Julia Zanatta (PL-SC), Magno Malta (PL-ES) e Coronel Ulysses (União Brasil-AC) com 1 discurso cada. Vale destacar ainda que Pedro Lupion (PP-PR), apesar de ter discursado em outras legislaturas a favor do armamento civil, no ano de 2023, especificamente, não discursou.

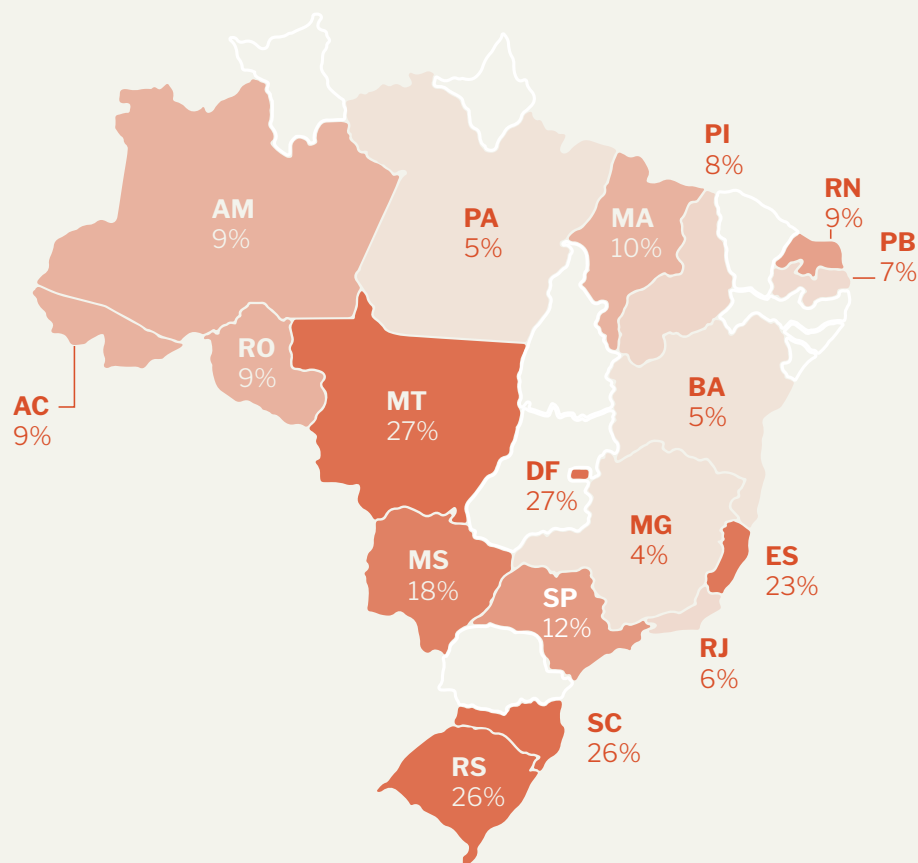
Outra figura importante e atuante no grupo pró-armamento, mas que não recebeu financiamento para campanha, é o

parlamentar Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que tem histórico de engajamento na pauta armamentista. Natural de Resende (RJ), Eduardo Bolsonaro formou-se bacharel em Direito pela UFRJ em 2008 e fez parte do quadro da Polícia Federal de 2010 a 2015, como escrivão. Deixou o cargo quando se elegeu deputado federal por São Paulo em 2014. Em 2018, bateu a marca de deputado federal eleito com maior número de votos da história do país, 1.843.735 votos<sup>19</sup>.

Em relação à origem, os parlamentares que mais discursaram sobre o armamento civil são do Rio Grande do Sul e São Paulo (9 vezes cada um) e de Santa Catarina (5 vezes). Proporcionalmente, os estados que mais tiveram parlamentares discursando foram Distrito Federal e Mato Grosso, ambos com 27%; Rio Grande do Sul, com 23%; e Mato Grosso do Sul, com 18%.

## PROPORÇÃO DE PARLAMENTARES POR ESTADO QUE DISCURSARAM SOBRE ARMAMENTO CIVIL NO ANO DE 2023

FORTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



Pela primeira vez, nesta legislatura, as mulheres tiveram um peso mais acentuado entre os autores de discursos sobre essa temática (26%): em números absolutos, foram 37 homens e 13 mulheres. A representação do Congresso Nacional nesta legislatura é 84% de homens e 16% de mulheres. Já em relação à raça, pessoas brancas seguem sendo maioria. Em números absolutos, foram 42 brancos (84%) e 8 negros (16%). O

perfil do Congresso na 57ª legislatura é 78% brancos e 22% negros. Ou seja, nota-se que há maior representação de parlamentares brancos no debate sobre armas do que no Congresso Nacional, e que a representatividade de mulheres que falam sobre armas agora supera a de mulheres no Congresso.

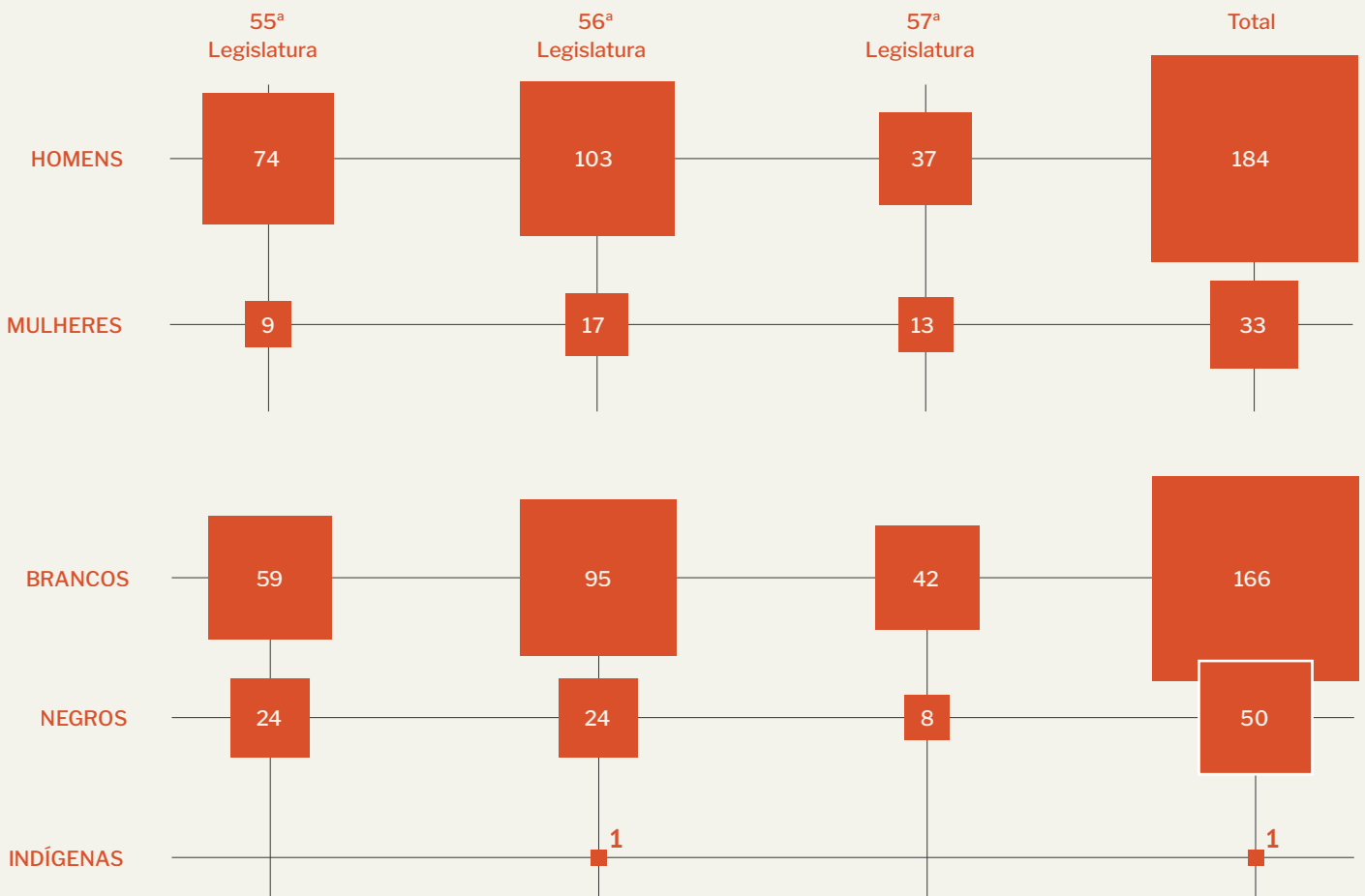
19. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/21/interna\\_politica,1071241/eduardo-bolsonaro-perfil-do-ex-policia-que-pode-virar-embaixador-eua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/21/interna_politica,1071241/eduardo-bolsonaro-perfil-do-ex-policia-que-pode-virar-embaixador-eua.shtml). Acesso em: 01 maio 2024.

# QUEM FALA SOBRE ARMAS NO CONGRESSO NACIONAL?

INTRODUÇÃO

QUEM FALA?

COMO FALAM?



## NOMES DE DESTAQUE

### 55ª Legislatura



### 56ª Legislatura



### 57ª Legislatura



■ Pró-controle ■ Pró-armamento

CONCLUSÃO

# 03. COMO FALAM?

Após identificar quem são os parlamentares que mais falaram sobre o armamento civil no Congresso Nacional entre 2015 e 2023 e quais foram seus posicionamentos sobre o tema — se pró-armamento ou pró-controle —, mergulhamos em uma análise mais profunda dos discursos proferidos por eles.

Estudamos 544 discursos em todo o período histórico e identificamos algumas

estratégias ou recursos comuns utilizados para legitimação dos argumentos em ambos os campos. Além disso, com a ajuda do software Atlas.TI, dividimos os argumentos em 20 categorias, organizadas em 5 blocos temáticos. Nesta seção, apresentamos os detalhes dessa análise, que nos permitem compreender o que os congressistas falam sobre armas e como.

## ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE ARMAS

Os parlamentares se valem de diferentes recursos para sensibilizar os interlocutores da pertinência de suas posições. Tanto no campo pró-controle quanto no campo pró-armamento, observamos estratégias de legitimação dos discursos que passam pela menção a: dados, estatísticas e pesquisas científicas; e eventos considerados exemplares ou dramáticos.

### USO DE REFERÊNCIAS

A ideia de que boas políticas públicas são construídas a partir de informações precisas já está, em alguma medida, consolidada no senso comum. Assim, o uso de dados e referências científicas é correntemente mobilizado no debate público como estratégia para afirmar a

impossibilidade de seguir caminhos alternativos ao defendido por determinado ator. No âmbito parlamentar, no entanto, a minoria dos congressistas utiliza esse recurso.

Dos 544 discursos proferidos entre 2015 e 2023, apenas 165 (30%) mencionaram algum tipo de dado, estatística ou pesquisa científica. Desses, 107 foram do campo pró-armamento e 58 do campo pró-controle. Apesar de, em números absolutos, o campo pró-armamento ter mais ocorrências de discursos que mencionam algum dado ou referência que busque comprovar os argumentos apresentados, o campo pró-controle é o que mais aciona esse recurso proporcionalmente. Ele está presente em 37%

dos discursos pró-controle e 28% dos discursos pró-armamento.

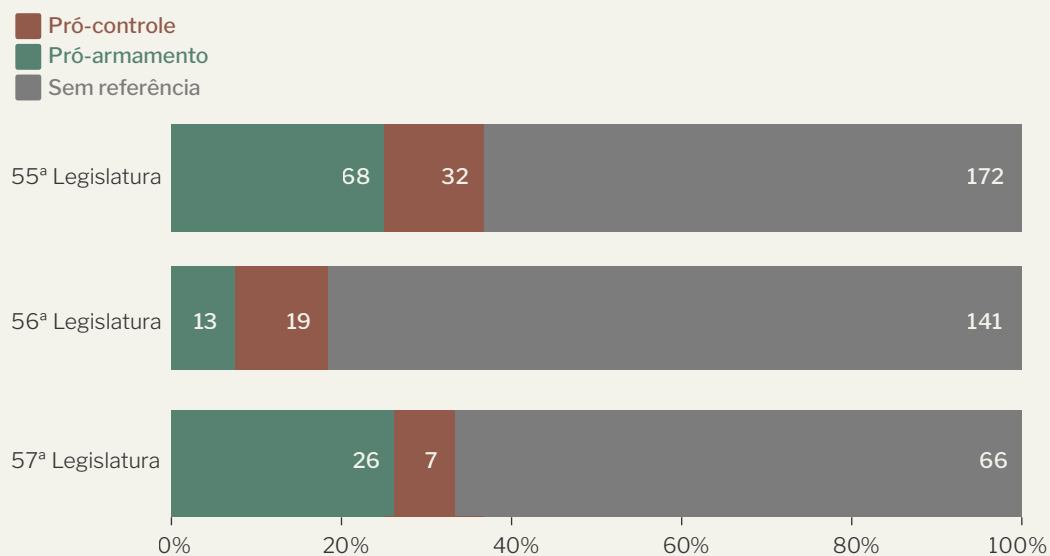
Considerando a existência de uma variedade de dados e estatísticas sobre violência e segurança pública, bem como pesquisas que tentam entender a relação entre circulação de armas e aumento ou diminuição da violência, surpreende que a grande maioria dos atores envolvidos nesse debate tenha preferido ignorá-los. Especialmente dos atores do campo pró-controle, era esperado que fossem apresentadas falas técnicas,

baseadas em pesquisas, uma vez que há uma abundância de dados nacionais e internacionais que mostram os impactos negativos da flexibilização do uso de armas na segurança pública.

Na verdade, há uma tendência de queda no uso desse recurso por parte do campo pró-controle e um aumento por parte do campo pró-armamento. No ano de 2023, especificamente, houve uma inversão, com os pró-armamentos utilizando mais o recurso em termos proporcionais (em 35% dos discursos), enquanto os pró-controle utilizaram em apenas 29% dos discursos.

## USO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NOS DISCURSOS

FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



Para além da identificação de menções a dados, estatísticas e pesquisas científicas, é importante analisar a qualidade de tais citações. Em 90 dos 165 casos com citações de referências (55%), identificamos a citação de dados sem menção da fonte de onde foram obtidos, apresentando um desafio à confirmação de sua veracidade. Nos demais casos, observamos uma variedade de fontes mobilizadas pelos parlamentares, como

as agências do sistema ONU, o Mapa da Violência do Ipea, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de pesquisas internacionais.

No campo pró-controle, 48% dos discursos não apresentam suas fontes: são 28 entre 58 falas. No campo pró-armamento, são 58% dos discursos: 62 em 107 falas. O Delegado Edson Moreira, deste

campo — que, como vimos, foi o parlamentar que mais concentrou discursos sobre o armamento civil nas legislaturas somadas —, cita repetidamente o mesmo dado sobre o aumento da violência após a aprovação da Lei 10.826.

Este Congresso aprovou, em 2003, esse novo Estatuto do Desarmamento, enganando o povo, dizendo que a arma na mão do cidadão de bem é que causava esses números alarmantes de homicídios. Usaram a Rede Globo para, em horário nobre, na semana da votação, pôr aquela cena dantesca de dois criminosos andando no meio dos carros e atirando, usando as armas, dando ênfase para as armas, matando o Tony Ramos lá e a atriz, que eram amantes, na semana da votação, pressionando o Congresso Nacional. Por isso que eu chamo a atenção para isso.

E hoje os índices de homicídios, Sr. Presidente, aumentaram 30.000% em todo o país, de 2003 em relação a 2017; 20.000% o número de latrocínios, lesão

corporal seguida por morte, tentativa de homicídio. Roubos com armas eu nem falo. Então, mentiram para o povo, e o povo está hoje sofrendo 60 mil homicídios, e este ano vai aumentar esse número. O número de assaltos, o número de explosão de caixas eletrônicos explodiu em todo o país. Os criminosos estão armados de fuzis, bazuca, ponto 50, artilharia de guerra e antiaérea. Daqui a pouco, eles estão usando tanque. Não vai demorar muito, eles vão usar tanque para roubar isso aí. Então, foi isso que aconteceu depois desse Estatuto do Desarmamento e a culpa é do Congresso Nacional.

**Delegado Edson Moreira (PR-MG)**

24 de agosto de 2017

55ª legislatura

Os discursos a favor de flexibilizar a circulação de armas têm apostado mais em trazer referências nos últimos anos. Nossa avaliação é que esses parlamentares aprenderam a utilizar mais este recurso, ao contrário daqueles do campo oposto.

## PARLAMENTARES QUE MAIS USAM REFERÊNCIAS

Parlamentar	Posicionamento	Quantidade de discursos
Delegado Edson Moreira (PTN-MG)	Pró-armamento	23
Misael Varella (DEM-MG)	Pró-armamento	11
Alberto Fraga (DEM-DF)	Pró-armamento	11
Marcos Pollon (PL-MS)	Pró-armamento	8
Luiz Couto (PT-PB)	Pró-controle	6
Alessandro Mollon (PSB-RJ)	Pró-controle	6
Rogério Peninha (MDB-SC)	Pró-armamento	6
Eduardo Bolsonaro (PL-SP)	Pró-armamento	5
Erika Kokay (PT-DF)	Pró-controle	5

# MENÇÃO A EVENTOS VIOLENTOS OU DRAMÁTICOS

Enquanto a menção a referências e dados apela à racionalidade para convencer os interlocutores dos argumentos apresentados, o uso de eventos violentos ou dramáticos apela para o emocional. Embora menos utilizado, esse recurso tem um papel relevante nas discussões. Nesses casos, mobiliza-se uma série de sentimentos: o medo, a raiva, a repulsa ou a injustiça. Busca-se, assim, dramatizar e tornar mais sensíveis, por meio de histórias reais, as consequências da ampliação ou da restrição da circulação de armas.

Classificamos como eventos violentos: chacinas, homicídios, roubos, estupros, casos de balas perdidas, violência contra policiais, entre outros casos. Observamos uma redução do uso desse recurso ao longo do período analisado. Durante a primeira legislatura estudada, por exemplo, o assassinato a facada de um médico na Lagoa Rodrigo de Freitas, ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2015, foi bastante mencionado como argumento para flexibilizar o acesso a armas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Lagoa Rodrigo de Freitas, conhecido cartão postal do Rio de Janeiro, um médico foi a nova vítima de menores criminosos, que o esfaquearam e mataram. Até quando os brasileiros irão suportar tamanha criminalidade e insegurança?

[...]

De 1980 a 2012, foram 880.386 mortes por armas de fogo no Brasil. Dessas,

747.760 pessoas foram assassinadas - aumento de 556,6% no período. E depois desse desastre sem nome, esses falaciosos defensores da paz ainda projetam que “160.036 vidas teriam sido poupadas após a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003”.

Com efeito, Sr. Presidente e nobres colegas, a eles pode-se aplicar a premissa de que o pior cego é aquele que não quer ver. Alagoas, onde houve o maior desarmamento, foi o Estado com a maior taxa, 55 óbitos para cada 100 mil habitantes. Roraima, com 7,5, apresentou a menor. O Maranhão teve aumento de 273,2% na taxa de mortes.

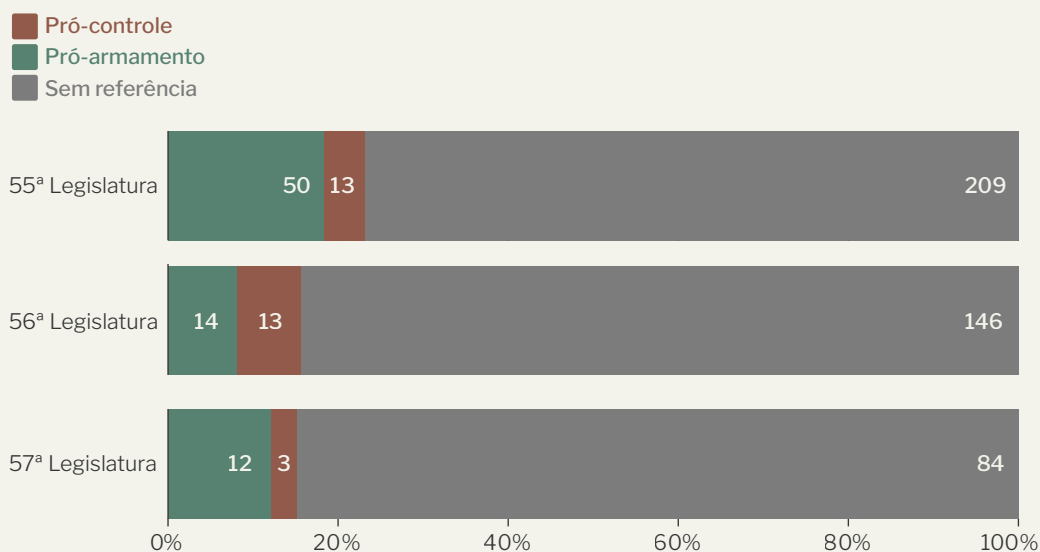
Sr. Presidente, repito o que venho dizendo desta tribuna, a solução não é desarmar civis inocentes nem tratar os assassinos como “vítimas da sociedade”. Cumpre modificar o quanto antes este infeliz Estatuto do Desarmamento, que deixa os homens de bem à mercê dos bandidos, sem direito à legítima defesa. Enquanto isso os bandidos estão soltos e muito bem armados e agradecem aos ingênuos! Tenho dito.

**Misael Varella (DEM-MG)**  
21 de maio de 2015  
55ª legislatura

Vale também chamar a atenção para o destaque à violência sofrida por policiais e agentes públicos para defender a ampliação do porte para novas categorias profissionais, como os guardas municipais em algumas cidades.

## MENÇÃO A EVENTOS VIOLENTOS NOS DISCURSOS

FORTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



# ARGUMENTOS UTILIZADOS NOS DISCURSOS SOBRE ARMAS

Na análise dos 544 discursos sobre armas, além da presença de algumas estratégias de legitimação comuns, percebemos a repetição de argumentos específicos por diferentes parlamentares — inclusive, de campos opostos. Nesta seção, apresentamos os principais argumentos. Olhar para eles nos ajuda a entender como os dois campos se organizam discursivamente para defender suas posições.

Eles estão divididos em **5 blocos temáticos**, que agrupam argumentos de mesmo encadeamento lógico e ideias relacionadas. Cada discurso pode conter mais de um argumento: na 55ª legislatura (2015 a 2018), identificamos 706 argumentos presentes nos 272 discursos; na 56ª (2019 a 2022), foram 443 argumentos em 173 discursos; e, na 57ª (2023 a 2026), foram 172 argumentos em 99 discursos mapeados em 2023. No esquema a seguir, vemos como esses blocos se organizam em cada campo.

# 1.

## MEDO DA VIOLÊNCIA

LEGISLATURA PREDOMINANTE:  
**55<sup>a</sup>**

CAMPO PREDOMINANTE:  
**PRÓ-ARMAMENTO**

ARGUMENTO MAIS USADO:  
**DIREITO À DEFESA  
OU À PROTEÇÃO**

■ Pró-controle ■ Pró-armamento

desarmamento aumentou a violência

falência ou incapacidade do estado

descontrole da violência

direito à defesa e à proteção

# 2.

## GESTÃO DA SEGURANÇA

LEGISLATURA PREDOMINANTE:  
**56<sup>a</sup>**

CAMPO PREDOMINANTE:  
**PRÓ-CONTROLE**

ARGUMENTO MAIS USADO:  
**CONSEQUÊNCIAS DIRETAS PARA  
A SEGURANÇA PÚBLICA**

Impacto na atuação policial

Armas somente com a polícia

Solução mais ampla para a violência

Consequências diretas para a segurança pública

# 3.

## O CIDADÃO DE BEM

LEGISLATURA PREDOMINANTE:  
**56<sup>a</sup>**

CAMPO PREDOMINANTE:  
**PRÓ-ARMAMENTO**

ARGUMENTO MAIS USADO:  
**DIVISÃO DA SOCIEDADE ENTRE  
CIDADÃO DE BEM E BANDIDOS**

Medidas estatais prejudicam quem está dentro da lei

Armamento respeita critérios legais

Divisão da Sociedade entre cidadão de bem e bandidos

# 4.

## O PAPEL DA POLÍTICA

LEGISLATURA PREDOMINANTE:  
**56<sup>a</sup>**

CAMPO PREDOMINANTE:  
**PRÓ-CONTROLE**

ARGUMENTO MAIS USADO:  
**GOVERNO DAS MORTES**

Revanchismo ideológico

Governo das Mortes

Crítica ao executivo legislando

População é (ou não) armamentista

# 5.

## IMPACTOS DIFERENCIADOS DAS ARMAS

LEGISLATURA PREDOMINANTE:  
**56<sup>a</sup>**

CAMPO PREDOMINANTE:  
**PRÓ-CONTROLE**

ARGUMENTO MAIS USADO:  
**CRIANÇA E ADOLESCENTE**

População não urbana

Vítimas de violência nas escolas

Mulheres e vítimas de violência doméstica

População não-branca

Criança e Adolescente

# 1. MEDO DA VIOLÊNCIA

DIREITO À DEFESA OU À PROTEÇÃO

DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA

DESARMAMENTO AUMENTO A VIOLÊNCIA

FALÊNCIA OU INCAPACIDADE DO ESTADO

No primeiro bloco de argumentos, agrupamos aqueles que endereçam e mobilizam a sensação de insegurança latente da população, dialogando com o medo, o desamparo e o instinto de sobrevivência das pessoas. São quatro argumentos nesse bloco:

**Direito à defesa ou à proteção:** é direito do indivíduo ter uma arma para se defender quando ameaçado, sem a necessidade de regulação estatal;

**Descontrole da violência:** a realidade de caos social leva à demanda por armamentos como mecanismo de enfrentamento da criminalidade fora de controle;

**Desarmamento aumentou a violência:** o estado de insegurança vivido no país é consequência direta da aprovação do Estatuto do Desarmamento e das campanhas de recolhimento de armas.

**Falência ou incapacidade do Estado:** as agências do Estado são insuficientes para garantir a segurança dos cidadãos;

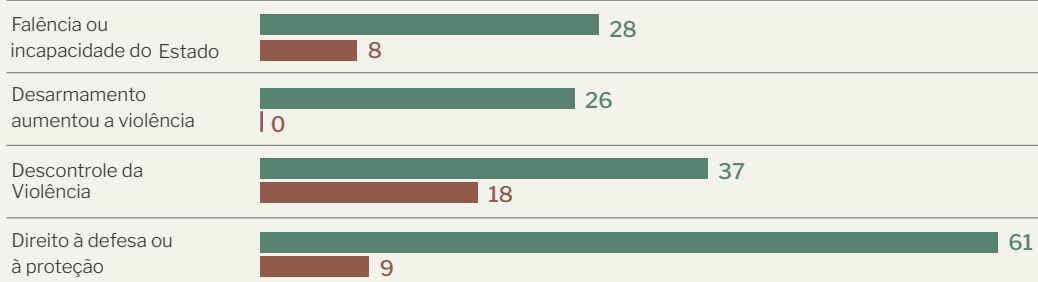
Eles são mobilizados massivamente pelo grupo **pró-armamento** (93% das menções) e apenas residualmente pelo grupo pró-controle (7%). O recurso a esses argumentos teve seu auge na 55ª legislatura e apresentou queda nas demais, tanto em números absolutos quanto percentuais (quando consideramos quantas vezes os argumentos aparecem em relação a todas as menções a armas no Congresso naquela legislatura). O direito à defesa e à proteção, por exemplo, que apareceu em quase metade dos discursos na legislatura 55 (46%), em 2023 apareceu em apenas 23% dos discursos.

## PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE ARGUMENTOS DO BLOCO 1 NOS DISCURSOS PRÓ-ARMAMENTO E PRÓ CONTROLE

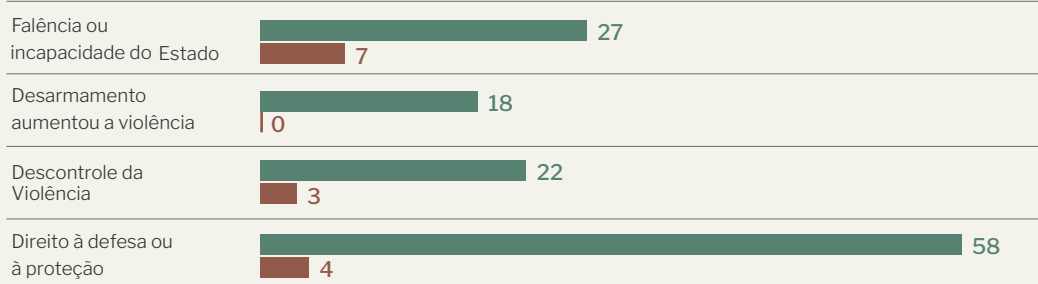
Fonte: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.

■ Pró-controle ■ Pró-armamento

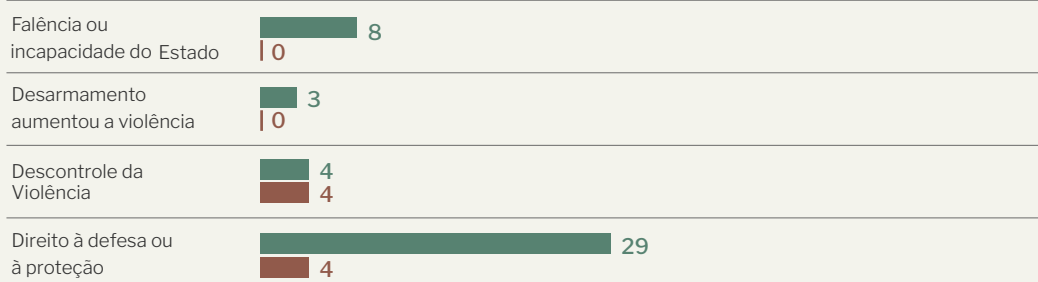
### 55ª Legislatura



### 56ª Legislatura



### 57ª Legislatura



Ao utilizarem este bloco, os parlamentares pró-armamento destacam o direito de defender a própria vida, sua família e/ou sua propriedade, legitimando o homicídio quando há uma situação limite — como a invasão de uma propriedade e, principalmente, a presumida ameaça à vida. A arma é apresentada como objeto de proteção da família, a ferramenta que irá permitir a defesa do cidadão — eliminando, se for preciso, aquele identificado como agressor.

Os criminosos estão armados até os dentes, enquanto a população está

desarmada. É uma vergonha o que este Congresso Nacional fez com a população brasileira em 2003. Todas essas mortes que acontecem porque a população não pode se defender, acontecem por culpa dos Congressistas que aprovaram esse maldito Estatuto do Desarmamento.

[...]

Quem já passou por algum tipo de violência nas mãos de criminosos sabe com certeza o que é o sentimento de impotência. O bandido nos aponta uma arma, e nós simplesmente não temos o que

fazer: entregamos a ele os pertences adquiridos com nosso suor, e então eles vão embora — quando antes não nos agridem. O sentimento de impotência impera, já que não há como nos defender de maneira igual ao bandido.

O Estatuto do Desarmamento é um incentivo à violência e ao ódio. Incentiva a violência, pois impede que pessoas tenham a liberdade de se defender. Incentiva o ódio, pois impede as pessoas de se precaverem ou de se prepararem para eventuais situações de violência.

**Delegado Edson Moreira (PR-MG)**  
12 de setembro de 2017  
55ª legislatura

Na 56ª legislatura, surge um novo elemento neste bloco temático: a associação do direito à legítima defesa a um direito fundamental, sagrado e bíblico. A seguir vemos um exemplo dessa característica que emerge a partir de 2019.

[...] Eu não estou fazendo aqui nenhuma apologia ao crime, eu sou da paz. Mas, se a pessoa tem uma arma lá no meio rural, pelo menos ela tem como se defender. Isso está na Bíblia. A autodefesa está na Bíblia. Ninguém pode se acovardar. Há o momento de defender a família, e aquelas pessoas não têm como defendê-la. Então, o que nós estamos fazendo aqui é dar segurança para as pessoas. Não é que alguém vai matar, vai dar tiro.

**Giovani Cherini (PL-RS)**  
20 de agosto de 2019  
56ª legislatura

No grupo pró-controle, os parlamentares utilizam esses argumentos, no geral, para alertar que, apesar dos avanços na legislação, a América Latina segue sendo uma das regiões mais violentas do mundo, com elevado número de mortes por armas de fogo. Portanto, a regulação de armas deveria avançar ainda mais.

Entretanto, eu quero, com muita responsabilidade e com muita maturidade, registrar que nós estamos vivendo um momento muito delicado em nosso país, um momento muito difícil, e, conforme passam os dias, as horas, os meses, a situação não melhora. Pelo contrário, a situação só piora.

Depois nós reclamamos, ou a população, ou parte da população reclama do avanço da criminalidade no país.

Aliás, para enfrentar o avanço da criminalidade no país, o que boa parte do Parlamento defende? Flexibilizar a Lei do Armamento, o Estatuto do Desarmamento, flexibilizar, dando armas a todos os brasileiros e brasileiras — é isso que lamentavelmente a gente ouve —, e diminuir a maioria penal, ou seja, criminalizar meninos e meninas jovens deste país, que são as verdadeiras vítimas, as maiores vítimas desse sistema carcomido. É isso que nós estamos vendo.

**Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**  
27 de setembro de 2017  
55ª legislatura

## 2. GESTÃO DA SEGURANÇA

CONSEQUÊNCIAS DIRETAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

SOLUÇÃO MAIS AMPLA PARA A VIOLÊNCIA

ARMAS SOMENTE COM A POLÍCIA

IMPACTO NA ATUAÇÃO POLICIAL

Esse é um bloco que reúne argumentos mais ‘técnicos’, que discutem a interação entre política de armamentos e política de segurança pública. Agrupamos quatro argumentos aqui:

**Consequências diretas para a segurança pública:** o controle ou a ampliação da circulação de armas trará consequências diretas para a segurança pública;

**Solução mais ampla para a violência:** a solução para a violência precisa ser dada por uma política de segurança mais complexa do que simplesmente (des)armar a população;

**Armas somente com a polícia:** apenas agentes do Estado, representado pelas forças de segurança pública, devem ter permissão para ter armas;

**Impacto na atuação policial:** aumentar ou diminuir a circulação de armas causa um impacto positivo ou negativo na atuação policial.

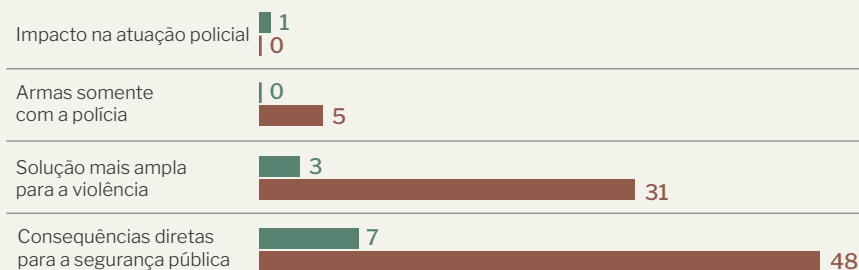
O campo pró-controle é o que mais utiliza os argumentos desse bloco, em 63% dos casos. Observamos que eles são estruturantes para esse campo, pois aparecem em 69% de seus discursos. Apesar de terem mais ocorrências entre 2019 e 2022, há uma estabilidade, em termos absolutos, de suas ocorrências nesse campo.

## PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE ARGUMENTOS DO BLOCO 2 NOS DISCURSOS PRÓ-ARMAMENTO E PRÓ-CONTROLE

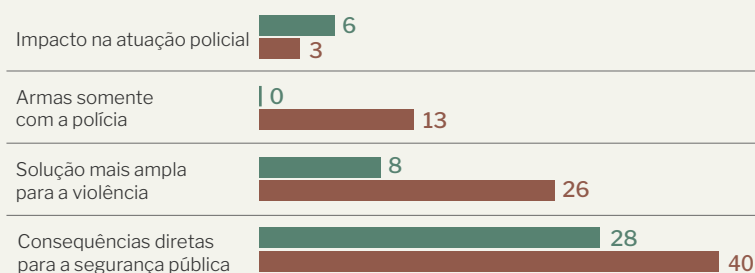
FONTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.

■ Pró-controle ■ Pró-armamento

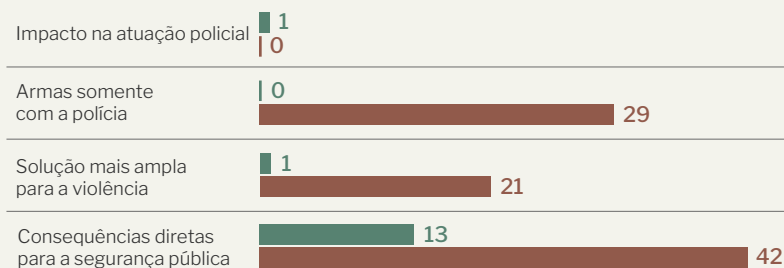
### 55ª Legislatura



### 56ª Legislatura



### 57ª Legislatura



Na 56ª legislatura, quando foi votado o “porte rural”, parlamentares pró-controle apontaram o risco da escalada de conflitos e mortes no campo em decorrência do aumento da circulação de armas. Trata-se da mesma lógica assumida ao pensarem o progressivo envolvimento dos cidadãos comuns em questões de segurança, relacionando armamento e morte.

[...] Minha gente, o Brasil é o país com maior número de mortes por disparo de arma de fogo no mundo! Esse decreto não regulamenta o Estatuto do Desarmamento. Esse decreto é um decreto do armamento, é o Estado transferindo a sua responsabilidade, porque, no art.144, está expresso que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E o Executivo está transferindo isso para a população, está armando a população. Nós vamos ter uma população armada, jovens podendo praticar atividade de tiro desportivo em clubes, menores de

18 anos, com uma simples autorização de um pai ou de um responsável.

**Fabiano Contarato (REDE-ES)**

08 de maio de 2019

56ª legislatura

Ora, se há algo de que não precisamos mais no Brasil é de mais gente armada. Quanto mais armas nós distribuirmos, mais as chacinas, mais os crimes aumentarão. Nós construiremos neste país uma indústria de armas a mais e uma indústria de assassinatos.

**Randolfe Rodrigues (REDE-AP)**

28 de novembro de 2017

55ª legislatura

O campo pró-controle também destaca a ideia de que a solução para a violência precisa ser dada por uma política de segurança mais complexa do que simplesmente armar a população. Aqui, prevalece o reconhecimento de que há um cenário de violência e insegurança presente no país, mas que a saída não pode ser pelo armamento individual. Tal argumentação, historicamente utilizada por quem defende o controle, foi incorporada ao discurso pró-armamento por congressistas que não descartam a necessidade de outras intervenções na área de segurança.

Mas, no campo armamentista, os parlamentares acionam esse bloco, sobretudo usando o argumento das “consequências diretas para a segurança pública”, majoritariamente para apontar um suposto efeito dissuasório do crime causado pela maior circulação de armas nas mãos de civis. Segundo eles, armas trariam mais segurança, uma vez que bandidos teriam medo de invadir casas, por exemplo, se contassem com a possibilidade de seus moradores estarem armados. Por isso, o desarmamento teria um efeito direto sobre o número de homicídios, aumentando-o.

Hoje, o criminoso tem a certeza de que o cidadão de bem está desarmado. Ele ataca com mais sede e crueldade, pois sabe que a grande maioria das pessoas está indefesa. E ele tem certeza de que

vai alcançar êxito. Com a possibilidade de o cidadão estar armado, o bandido vai pensar duas vezes antes de entrar numa residência.

**Delegado Edson Moreira (PR-MG)**

16 de setembro de 2015

55ª legislatura

Ainda dentro desse bloco é interessante notar quão pouco aparece o argumento do impacto que o aumento de armas nas mãos de civis teria sobre a atividade policial. Ele foi usado apenas 2 vezes por parlamentares pró-controle em todo o período estudado (2015 a 2023), quando defenderam que o amplo acesso às armas pode acarretar a intensificação de conflitos armados, aumentando não apenas a demanda policial, mas colocando os policiais e a população geral em situação de risco. Nessas ocasiões, afirmou-se ainda que a maior circulação de armas de fogo proporcionaria o crescimento do poder bélico do crime organizado. Ou seja, quanto mais armas, mais trabalho para a polícia e maior o risco. O fato de o argumento não ser muito utilizado por esse campo chama a atenção, sobretudo tendo em vista que, nesse período, houve inúmeros casos de agentes de segurança baleados por criminosos e de desvios de armas adquiridas de forma legal para o crime organizado.

Outro ponto importante de se destacar é a apropriação desse argumento pelo campo pró-armamento, que o utilizou mais vezes no período estudado: em 8 ocasiões. Esses parlamentares sugeriram que civis armados podem apoiar o trabalho e a atuação policial, como mostra o trecho a seguir.

Só para vocês terem uma ideia, em alguns países, inclusive nos Estados Unidos, o cidadão armado é uma força aliada da polícia. Então, você passa a ser mais um integrante a ajudar na segurança pública.

**Marcos do Val (CIDADANIA-ES)**

22 de maio de 2019

56ª legislatura

### 3. O CIDADÃO DE BEM

#### DIVISÃO DA SOCIEDADE ENTRE CIDADÃOS DE BEM E BANDIDOS

#### ARMAMENTO RESPEITA CRITÉRIOS LEGAIS

#### MEDIDAS ESTATAIS PREJUDICAM QUEM ESTÁ DENTRO DA LEI

Esse bloco é pautado pela ideologia que divide a sociedade entre cidadãos de bem e os outros, que seriam bandidos, baderneiros, corruptos etc. Os defensores dos argumentos que compõem esse bloco advogam por uma ética paralela que justifica que os cidadãos de bem ainda são ‘de bem’ quando cometem crimes para se defender. Dessa forma, reivindicam medidas que facilitem sua vida e garantam seus supostos direitos.

São três os argumentos que compõem o bloco:

**Divisão da sociedade entre cidadãos de bem e bandidos:** a sociedade está dividida entre cidadãos honestos e criminosos, onde os honestos teriam mais dificuldade de acessar armas, devido às regulações estatais, o que seria uma violação de direitos (dessa forma, relaciona-se ao argumento da defesa de direitos);

**Armamento respeita critérios legais:** a rigidez burocrática impede que os cidadãos acessem as armas legalmente;

**Medidas estatais prejudicam quem está dentro da lei:** o Estatuto do Desarmamento e outras normas que regulam a posse e o porte de armas tiram armamentos das mãos dos cidadãos de bem, beneficiando apenas quem quer cometer crimes.

Assim como no bloco 1, o grupo pró-armamento é o que mais utiliza esses argumentos, em 97% dos casos, e o fazem com maior peso durante a 55ª legislatura. No entanto, em 2023 obser-

vamos um crescimento dos argumentos “armamento respeita critérios legais” e “medidas estatais prejudicam quem está dentro da lei”. Avaliamos que esse crescimento se dá em decorrência da eleição de um governo pró-controle, de Lula, e dos decretos restritivos que reverteram regulamentações mais flexíveis estabelecidas no governo anterior, de Jair Bolsonaro, de caráter armamentista.

O argumento que divide a sociedade em dois grupos, ‘cidadãos de bem’ e ‘bandidos’, é o segundo mais usado durante todo o período estudado, ficando atrás apenas de “direito à defesa ou à proteção”, do bloco 1. Ele foi usado 175 vezes e, como o primeiro mais usado, apresenta um declínio ao longo das legislaturas.

No discurso dos parlamentares pró-armamento, os ‘cidadãos de bem’ aparecem como aqueles que pagam impostos, que estão dentro da lei e que são ‘chefes de família’, enquanto os bandidos podem ser, por exemplo, integrantes de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ‘assaltantes’ ou ‘traficantes’.

O morador da área rural vive inseguro, porque não sabe em que momento poderá ser assaltado. Hoje quem anda armado neste País é o bandido, mas nós vamos terminar com isso. Quem vai andar armado neste País com Bolsonaro será o cidadão de bem, será o produtor rural. Bandido, assaltante, jamais armado. É mais do que legítimo defender a propriedade. Eu quero saber de cada um de vocês aqui, se tivessem uma proprie-

dade, se não gostariam de defendê-la junto com a sua família lá dentro. Além da casa, a propriedade é toda a extensão da propriedade rural, que ele tem direito de defender. Isso ninguém vai impedir.

Dizem que Bolsonaro fala demais, que Bolsonaro quer armar a população. Ele vai armar a população de bem, sim. Nós precisamos andar armados, porque hoje a bandidagem anda com fuzis. Chegam hoje a uma fazenda e fazem o que bem querem, porque não há reação. Essa reação começa a partir deste momento em que nós vamos permitir que todos possam andar armados. [...]

#### Bibo Nunes (PSL-RS)

21 de agosto de 2019

56ª legislatura

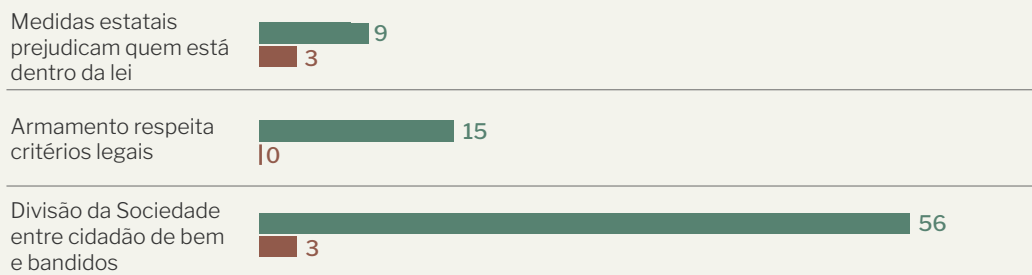
Esse bloco de argumentação é importante principalmente por ser utilizado para flexibilizar o estatuto da lei e da legalidade. Afinal, se as regras oficiais impedem que ‘cidadãos de bem’ acessem armas, deixando-os desprotegidos, é legítimo, segundo esses argumentos, que eles descumpram a lei para garantir sua segurança. Em outras palavras, uma lei mal feita pode levar o ‘cidadão de bem’ a recorrer a ilegalidades (o que não o transforma em bandido). Nota-se que a associação entre cidadão de bem e legalidade não é imediata: ‘cidadão de bem’ tem mais a ver com moral do que com lei.

## PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE ARGUMENTOS DO BLOCO 3 NOS DISCURSOS PRÓ-ARMAMENTO E PRÓ-CONTROLE

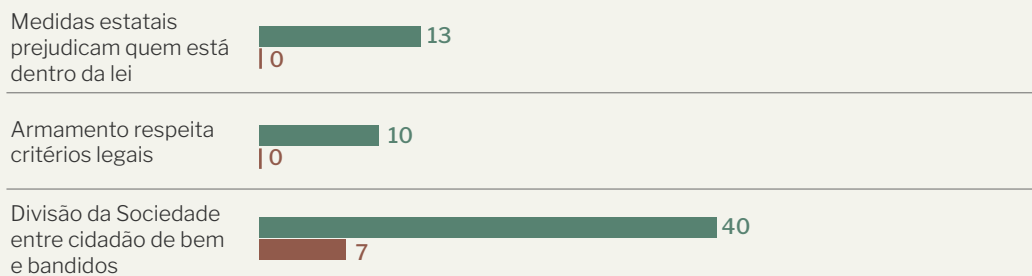
FORNTE: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.

■ Pró-controle ■ Pró-armamento

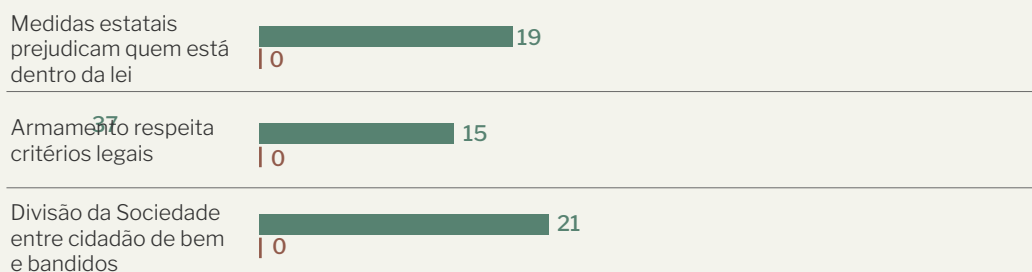
### 55ª Legislatura



### 56ª Legislatura



### 57ª Legislatura



## 4. O PAPEL DA POLÍTICA

A POPULAÇÃO É (OU NÃO) ARMAMENTISTA

CRÍTICA AO EXECUTIVO LEGISLANDO

GOVERNO DAS MORTES

REVANCHISMO IDEOLÓGICO

Esse bloco reúne argumentos que tratam mais de questões políticas do que diretamente do acesso às armas. São discussões que questionam as funções e os limites de atuação dos poderes Executivo e Legislativo, especialmente, fazendo uma crítica geral sobre a forma de legislar. Afinal, a quem compete legislar? Quem efetivamente pode falar em nome dos desejos e anseios da população?

São argumentos desse bloco:

**A população é (ou não) armamentista:** a sociedade brasileira teria uma posição prevalente sobre o tema do armamento civil;

**Crítica ao Executivo legislando:** questiona o uso de decretos e medidas do poder Executivo relacionadas ao armamento civil;

**Governo das mortes:** a diminuição da regulação do armamento civil faz parte de uma política de gestão de mortes;

**Revanchismo ideológico:** argumento que surge na 57ª legislatura, sendo usado apenas por parlamentares pró-armamento, que defendem que os decretos editados pelo governo Lula são baseados em revanchismo ideológico, causado pelo apoio dos CAC a Bolsonaro.

Em números absolutos, o grupo pró-armamento é o que mais utiliza os argumentos deste bloco. No entanto, se olharmos os números proporcionais, é interessante notar que, ao longo de todo o período analisado, os parlamentares de ambos os campos recorreram a esse bloco de argumentos em cerca de 30% dos seus discursos sobre armas. Podemos considerar, portanto, que existe um equilíbrio entre os dois campos.

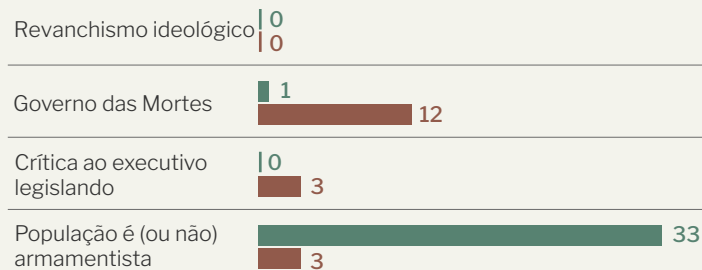
O período da 55ª legislatura, no qual o campo pró-armamento era oposição ao governo federal, foi quando os parlamentares desse grupo mais acionaram esses argumentos, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Já no campo pró-controle, o momento de maior destaque foi a 56ª legislatura, quando o governo executivo federal pendia para a política de flexibilização de armas.

## PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE ARGUMENTOS DO BLOCO 4 NOS DISCURSOS PRÓ-ARMAMENTO E PRÓ-CONTROLE

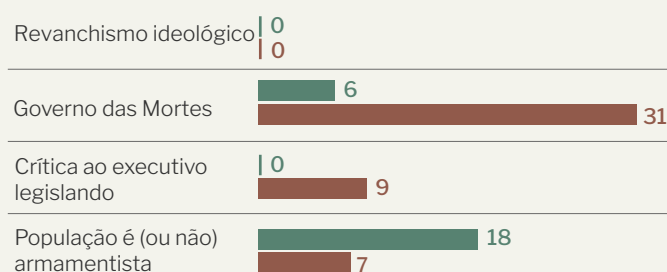
Fonte: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.

■ Pró-controle ■ Pró-armamento

### 55ª Legislatura



### 56ª Legislatura



### 57ª Legislatura



Vale a pena, no caso desse bloco, observar detalhadamente o uso de cada argumento. O que tem o maior número de ocorrências, “a população é (ou não) armamentista”, é usado majoritariamente por parlamentares pró-armamento, afirmando que a população brasileira está alinhada com eles. Ao mobilizar esse argumento, os parlamentares em geral buscam cobrar que todos os que ocupam cargos eletivos, do Executivo ou do Legislativo, cumpram a vontade popular.

A utilização desse argumento pelo campo pró-armamento é um exemplo importante de manipulação de evidências. Isso porque os parlamentares com frequência citam o referendo realizado em 2005, no

qual a população optou por não proibir a venda de armas para civis. Na sequência, acusam o governo Lula por aprovar, em seu primeiro mandato, o Estatuto do Desarmamento, desrespeitando a vontade popular. O Estatuto, no entanto, é anterior ao referendo.

Outra suposta comprovação do argumento usada pelos parlamentares desse campo, durante a 56ª legislatura, é a própria eleição de Bolsonaro à presidência, um candidato explicitamente alinhado à causa armamentista. Esse, no entanto, é o período em que os parlamentares pró-controle mais utilizam o argumento (7 vezes), citando sempre a mesma pesquisa do instituto Datafolha.

O argumento que critica diretamente a postura legisladora do Executivo, como é de se esperar, tem uma variação entre grupos em diferentes legislaturas, a depender de quem está na Presidência da República. Ele foi mais usado pelo campo pró-controle durante a 56ª legislatura e, em 2023, foi apropriado pelo campo oposto. No segundo período estudado, os discursos se relacionam à crítica aos decretos presidenciais editados em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Esse decreto — reitero o que já foi dito — revoga, na prática, o Estatuto do Desarmamento, e, por revogar o Estatuto do Desarmamento, o Presidente da República não poderia fazê-lo. Não poderia fazê-lo porque não estamos na época do decreto-lei, em que decretos do Presidente da República têm força de lei. O Presidente da República precisa ser atualizado: acima dele está a ordem democrática, está o Estado de direito, está a Constituição, e ele não pode assinar decretos-leis usurpando as atribuições deste parlamento. Existe uma lei, o Estatuto do Desarmamento, e essa lei não foi revogada, porque essa lei só pode ser revogada pelo Congresso Nacional brasileiro.

**Randolfe Rodrigues (REDE-AP)**

08 de maio de 2019

56ª legislatura

Por último, os argumentos “governo das mortes” e “revanchismo ideológico” são próximos: ambos também são utilizados pela oposição ao Executivo e trazem uma crítica direta a ele. O primeiro é majoritariamente usado por congressistas que defendem a regulação do armamento civil e ganha mais força na 56ª legislatura, no contexto do governo Bolsonaro e da pandemia de Covid-19. A crítica à liberação das armas aparece associada à da gestão da crise sanitária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é 15 de abril, um dia muito importante. Antigamente, nós comemorávamos essa data como o Dia Nacional do Desarmamento Infantil.

Hoje, Sr. Presidente, eu quero falar sobre a preocupação que nós estamos tendo com a aceleração, incentivada pelo Governo Bolsonaro, da entrada de armas no Brasil. Queria lembrar ao Presidente Bolsonaro que há uma diferença muito grande entre vacina e carabina. Falo isso porque, nesta semana, fomos surpreendidos com a decisão do TCU que proibiu o Governo Federal de realizar um leilão para a compra de milhares de carabinas. Isso mesmo! No momento em que estamos em plena pandemia, com mais de 350 mil pessoas mortas no Brasil, o Presidente está preocupado em armar a população, em fazer decretos que facilitam a compra de armas pelo cidadão. Esse Presidente não pode estar em sua saúde normal. É um caso não só de impeachment, mas de internamento.

O Presidente mostra, a cada dia, que é uma pessoa desequilibrada ao editar decretos absurdos que permitem a um cidadão comprar seis armas ou andar com duas armas simultaneamente. O mundo inteiro é contra isso, o mundo inteiro vai na contramão disso. Até os Estados Unidos estão fazendo projetos para desarmar a população, e nós estamos vendo acontecer no Brasil justamente o contrário.

**Paulo Guedes (PT-SP)**

15 de abril de 2021

56ª legislatura

Já o “revanchismo ideológico” é utilizado majoritariamente pelo campo oposto, defendendo que o governo Lula estaria disseminando ódio e vingança por não ter sido votado por quem defende o armamento. Em 2023, foram 12 discursos pró-armamento com esse argumento. Houve apenas 1 discurso pró-controle que o rebateu.

Sr. Presidente, demais deputados presentes, ocupo esta tribuna agora para tentar racionalizar o ódio ideológico que o ministro Flávio Dino tem do tiro esportivo, do cidadão cumpridor da lei, do cidadão que cumpre suas obrigações.

**Marcos Pollon (PL-MS)**

28 de fevereiro de 2023

57ª legislatura

## 5. IMPACTOS DIFERENCIADOS DAS ARMAS

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**MULHERES E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**POPULAÇÃO NÃO BRANCA**

**VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR**

**POPULAÇÕES NÃO URBANAS**

O quinto e último bloco reúne argumentos que tratam do impacto de armas em parcelas específicas da população, sejam elas definidas por questões identitárias ou pelas diferenças em termos geográficos e de urbanização. Os grupos identificados foram:

- **Crianças e adolescentes;**
- **População não branca;**
- **Mulheres e vítimas de violência doméstica;**
- **Vítimas de violência escolar;**
- **Populações não urbanas.**

No geral, apesar de ter um equilíbrio na utilização destes argumentos em todas as legislaturas aqui acompanhadas, proporcionalmente estes estão mais presentes no campo pró-controle (39% dos discursos), contra 21% do campo pró-armamento. Há nuances, no entanto, que vale a pena destacar, o que fazemos a seguir.

No caso de grupos identitários, como crianças e adolescentes, mulheres e populações não brancas, há uma clara prevalência dos discursos do grupo pró-controle, em geral apontando para os efeitos perversos que as armas têm na garantia do direito à vida desses grupos.

**Minha gente, o Brasil é o país com maior número de mortes por disparo de arma de fogo no mundo! Esse decreto não regulamenta o Estatuto do Desarmamento. Esse decreto é um decreto do armamento, é o Estado transferindo a sua**

**responsabilidade, porque, no art. 144, está expresso que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E o Executivo está transferindo isso para a população, está armando a população. Nós vamos ter uma população armada, jovens podendo praticar atividade de tiro desportivo em clubes, menores de 18 anos, com uma simples autorização de um pai ou de um responsável.**

**Fabiano Contarato (REDE-ES)**

**08 de maio de 2019**

**56ª legislatura**

Nós queremos saber qual é essa relação promíscua — relação que não pode ser dita — entre o Palácio do Planalto e as milícias. Por defender todas as vidas, nós defendemos os povos indígenas, as mulheres, a população LGBT e todos os brasileiros e brasileiras, que não podem ter uma arma apontada para a sua cabeça.

**Erika Kokay (PT-DF)**

**21 de agosto de 2019**

**56ª legislatura**

Há que se destacar, no entanto, uma mudança de padrão nos discursos de parlamentares pró-armamento no que diz respeito ao grupo de mulheres vítimas de violência. Em 2023, este tema, que era inexpressivo no campo até então, tornou-se importante: ele aparece em 18% dos discursos. A quantidade de ocorrências no campo pró-armamento chega a superar em números absolutos as do grupo pró-controle no ano em questão — são, respectivamente, 11 e 7 discursos.

Nota-se que os parlamentares pró-armamento se apropriam desse discurso, antes utilizado pelo campo oposto, e citam a violência contra a mulher como um motivo para ampliar o acesso de armas de fogo para a população. Eles argumentam que as mulheres estão em constante perigo e que o parlamento deve trabalhar para protegê-las, por meio da ampliação do acesso às armas.

**Temos a questão do desarmamento. Mulher que tiver acesso a arma vai ter que usar um três oitão agora, porque não pode mais usar uma 9 milímetros? Nós, mulheres, não estamos nos sentindo protegidas! É só retrocesso!**

**Bia Kicis (PL-DF)**  
04 de setembro de 2023  
57ª legislatura

Já as discussões parlamentares sobre impactos do armamento e do desarmamento de civis na população não urbana está mais presente no campo pró-armamento. Enquanto o grupo pró-armamento defende a importância de a população do campo poder se defender (49 menções), os parlamentares pró-controle destacam os riscos de violência agrária (19 menções).

Para nós, o que ficou de mais positivo na audiência pública, além da participação da população, foi o compromisso assumido pelo relator da proposta, Laudívio Carvalho (PMDB/MG), que vai levar em consideração as diferenciações e particularidades do Amazonas, que é um Estado de dimensões continentais, onde muitas pessoas precisam utilizar a sua arma de fogo para sua sobrevivência.

**Marcos Rotta (PMDB-AM)**  
14 de julho de 2015  
55ª legislatura

(...) Esse decreto é um “liberou geral” do uso de armas no Brasil. Institucionaliza no Brasil a possibilidade do bangue-bangue. O rol de profissionais que têm acesso ao porte, à posse e à comercialização de armas se estende até o absurdo de dizer que, nas áreas rurais, é liberado para todos o porte, a posse e a comercialização de armas de fogo.

Sr. Presidente, isso, ao invés de inibir violência, ampliará violência, ampliará conflitos no campo, criará uma guerra entre brasileiros.

**Randolfe Rodrigues (Rede-AP)**  
08 de maio de 2019  
56ª legislatura

É interessante ainda destacar um argumento em que prevaleceu o equilíbrio entre os dois campos: aquele que trata da violência em escolas. Ele foi mobilizado 7 vezes pelo grupo pró-armamento e 11 vezes pelo grupo pró-controle. Mas, para além do equilíbrio, chama atenção o número reduzido de vezes em que essa temática é mobilizada por ambos os campos, considerando especialmente a multiplicação de casos de violência em ambientes escolares. Entre 2019 e 2022, o campo pró-controle passou a usar mais o argumento mencionando o Massacre de Suzano. No entanto, é pertinente lembrar que, durante essa legislatura, houve outros ataques em escolas envolvendo armas de fogo que não foram mencionados pelos congressistas.

Desde 2002, ao menos nove escolas brasileiras sofreram atentado por parte de alunos e ex-alunos. Eles entram portão adentro armados e abrem fogo, sem dó nem piedade, contra quem veem pela frente. A esta altura, no Brasil, foram 28 mortos e 48 feridos que ingressaram na lista da violência escolar desde 2002.

**Rejane Dias (PT-PI)**  
03 de abril de 2019  
56ª legislatura

Mas não posso deixar de me manifestar sobre essa chacina, com dez pessoas mortas, na escola em Suzano, no estado de São Paulo. Isso mostra que o debate sobre o desarmamento é fundamental. Não é com uma política de porte de armas, de acesso a armas, que nós vamos solucionar os problemas do país: pelo contrário, isso vai aumentar a violência.

**José Ricardo (PT-AM)**  
13 de março de 2019  
56ª legislatura

Já em 2023, nota-se um aumento de referências a esse argumento entre parlamentares pró-armamento. Também

se referindo a ataques em escolas, os discursos defenderam a presença de pessoas armadas nesses espaços, justificando que a arma de fogo é um instrumento de defesa.

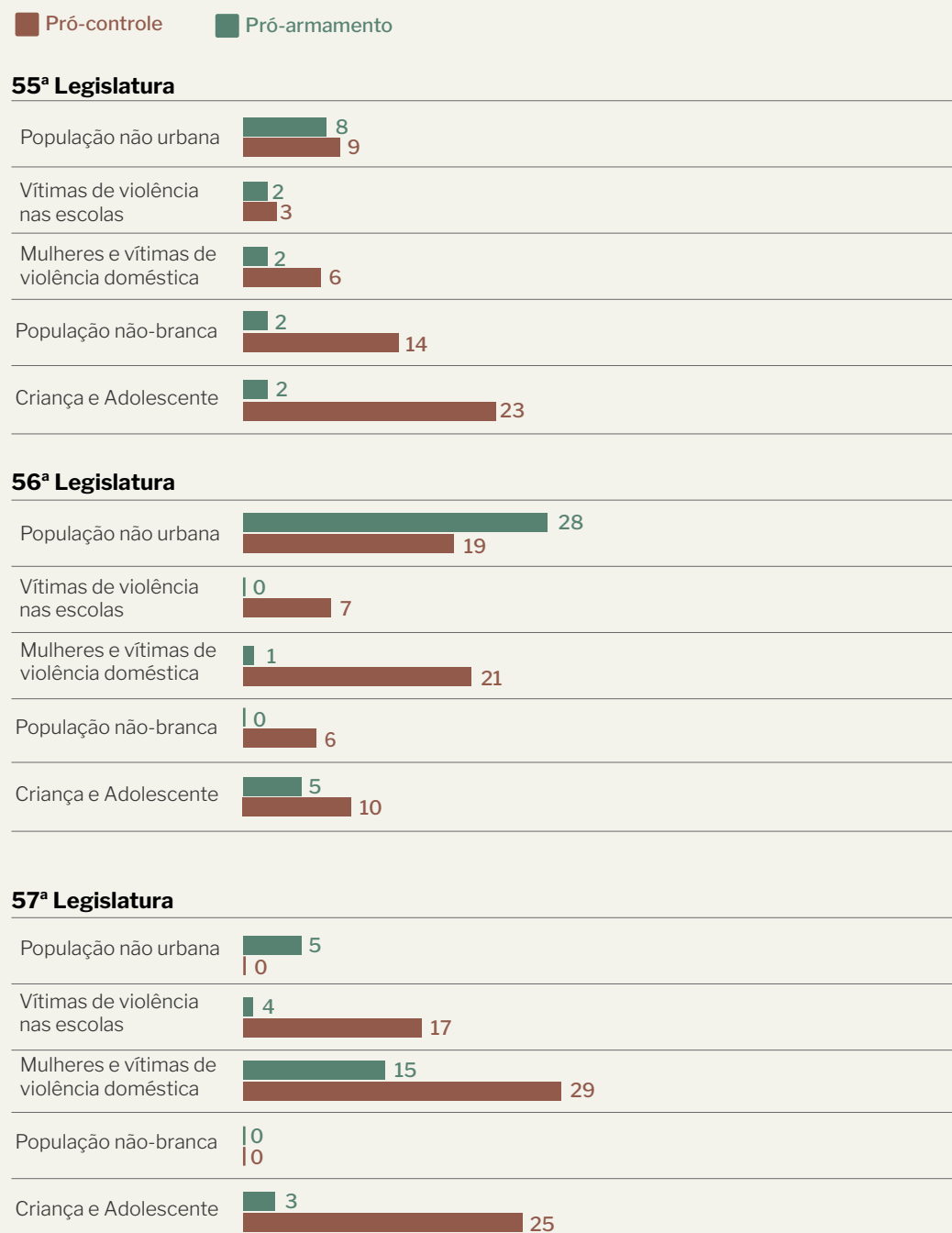
Começamos a discordar quando vamos falar das políticas para combater esse tipo de crime. Eu volto aqui para lembrar que, quando ocorreu o massacre na escola de Realengo e várias crianças também vieram a falecer, esse massacre só não foi maior porque um policial que

não estava de serviço passava na porta daquela escola e resolveu, de maneira heroica, entrar ali e impedir mais assassinatos. Como ele utilizava uma arma de fogo, isso foi pouco divulgado na mídia, deputado General Girão. Por quê? Porque não serve à narrativa da esquerda.

**[Eduardo Bolsonaro (PL-SP) – 11 de abril de 2023 – 57ª legislatura]**

## PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE ARGUMENTOS DO BLOCO 5 NOS DISCURSOS PRÓ-ARMAMENTO E PRÓ-CONTROLE

Fonte: INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2024.



# 04.

# CONCLUSÃO

Esta pesquisa surgiu de uma inquietação no momento em que Jair Bolsonaro, via decretos e portarias, transformava radicalmente o acesso a armamento por civis. Ao mesmo tempo que a opção do então presidente por tratar do tema diretamente evidenciava a certeza de que não seria fácil aprovar essas medidas no Congresso Nacional, esse movimento aconteceu sem que houvesse oposição firme dos parlamentares. Esta aparente contradição fazia com que não fosse possível, portanto, ter clara a posição do Congresso sobre o tema, ainda que houvesse indícios de sua guinada conservadora desde 2014. É nesse contexto, que pusemos a nos questionar: “o que os parlamentares pensam sobre armas e como discutem esse assunto?”.

A opção por analisar os discursos dos congressistas trouxe pistas importantes para responder a essas perguntas. Percebemos que este é um assunto que sempre esteve presente no Congresso brasileiro, ainda que com variada intensidade. E que o debate sempre esteve estruturado em dois polos opostos: o campo pró-controle e o campo pró-armamento.

A análise histórica permitiu identificar um marco relevante: a explícita virada na predominância de discursos na 55ª legislatura (2015–2018). É durante o segundo mandato de Dilma Rousseff que o campo pró-armamento ganha força e assume a liderança do debate. Este movimento é seguido de uma mudança de orientação nas ações do Executivo. Porque é Michel Temer o primeiro presidente desde a Constituição de 1988 a atuar em direção à flexibilização das normas de acesso a armas por civis. Foi Temer quem apontou decretos como um caminho para alterar a regulação de armas e munições, driblando o Congresso, onde até então,

matérias pró-armamento pareciam não ter maioria para avançar.

Enquanto o campo pró-armamento se expande, aprimora seus argumentos, renova seus quadros e organiza-se internamente, o grupo pró-controle parece cada vez menos interessado no tema. Diferente daqueles que defendem o armamento civil, este grupo debate cada vez menos, não se apropria de novos argumentos e não observa uma renovação dos parlamentares envolvidos com o assunto.

Após a virada na liderança dos discursos na 55ª legislatura, vimos o número de pronunciamentos cair. Mas isso ocorreu de maneira desigual. Enquanto na 56ª legislatura os pró-armamento discursaram 47% menos, os pró-controle mantiveram quase a mesma quantidade de discursos da legislatura anterior, mantendo-se ainda uma hegemonia significativa dos discursos pró-armamento. Importante lembrar que a 56ª legislatura foi aquela marcada pelo desmantelamento do Estatuto do Desarmamento e pela clara invasão do Executivo em seara do Legislativo. Esperava-se, portanto, que o campo pró-controle, enquanto oposição aos movimentos do Executivo federal, se posicionasse mais, defendesse o parlamento enquanto espaço político preferencial para o debate de armas. Mas não foi isso que aconteceu.

Tal movimento, de organização da oposição no parlamento é vista de maneira clara no primeiro ano da 57ª legislatura. Diante das novas diretrizes da política de acesso às armas adotadas pelo terceiro governo Lula, a oposição armamentista no Congresso se mobiliza de forma mais aguda novamente e volta a crescer e se distanciar do grupo pró-controle, apresentando um volume de discursos 3 vezes maior do que o campo oposto.

No que se refere aos argumentos mobilizados, é possível notar que os parlamentares pró-armamento desde 2015 buscam expandir os fundamentos do seu pleito. É parte desse processo a incorporação de argumentos que, supostamente, defendem mulheres da violência de gênero ou a ideia de que civis armados podem servir de apoio às atividades policiais. Entre os parlamentares pró-controle nota-se o movimento oposto. Destaca-se sobretudo a opção por utilizar cada vez menos recursos como a citação de evidências científicas ou a menção a eventos violentos. A ausência da utilização de argumentos que se baseiam em evidências científicas, uma vez que há cada vez mais estudos sendo produzidos que apontam o impacto da presença de armas na violência perpetuada, destaca uma preocupante lacuna existente neste debate.

Outra característica notável deste campo é que ao falar sobre armas ele dialoga raramente com um tema que hoje é vigoroso no debate público brasileiro: o medo da violência. Ao analisar os discursos parlamentares fica claro como os pró-armamento argumentam, sem qualquer oposição, quando o assunto se relaciona à segurança familiar e pânico da violência urbana.

Chama atenção que o grupo dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de Armas (CAC), que estiveram bastante presentes nas mídias nos últimos anos, devido à quantidade de “privilégios” adquirido após o governo do Michel Temer, pouco apareçam no debate. Em todo o período analisado, os CAC só estiveram presentes em 10% dos discursos e na maior parte das vezes (83%) foram mencionados pelo campo pró-armamento. Em 2023, especificamente, das 31 vezes em que foram mencionados, nenhuma foi por quem defende o controle de armas.

A dinâmica dos argumentos mobilizados por cada campo está, sem dúvida, ligada ao fato de que o grupo pró-armamento ampliou-se ao longo das últimas três legislaturas, incorporando não só mais parlamentares, mas também parlamentares recém-eleitos. No grupo pró-controle, por sua vez, a tendência é de estabilidade no número de parlamentares que se posicionam sobre essa pauta — com

tendência mais recente de queda no primeiro ano da 57ª legislatura —, com uma taxa de incorporação de novas vozes no parlamento bastante abaixo do polo oposto.

Há certa renovação entre os parlamentares que debatem armas no Congresso Nacional, mas o que não mudou foi seu perfil: este é um tema discutido principalmente por homens brancos, ainda que a participação de mulheres brancas tenha crescido. Na atual legislatura a proporção de mulheres armamentistas é maior que a proporção de mulheres no Congresso.

Esta mudança na representatividade feminina do debate é um dos indicativos de que, ao contrário do que se poderia imaginar, o acesso a armas ainda serve como estratégia de mobilização política e isso não se deve apenas ao governo de Jair Bolsonaro. A análise dos discursos mostra que apesar do tema ter perdido força por alguns anos, o Estatuto do Desarmamento é um eixo norteador para que os parlamentares se engajem no debate. Ou seja, este não é assunto pacificado e desde 2015 está em ampla disputa. Olhar para a série histórica do debate parlamentar à luz, por exemplo, da inovação que é o PROARMAS demonstra como as normas vigentes que controlam o acesso de civis às armas estão sob risco.

Esta pesquisa não tem a intenção de fazer previsões futuras ou soar alarmes. No entanto, é inegável que o debate parlamentar sobre o armamento civil possui indicativos relevantes para o futuro político e regulatório do país. Alguns deles foram reunidos neste relatório e esperamos que sejam úteis para a atuação daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências. As mortes violentas, em sua maioria cometidas por armas de fogo, são um dos principais problemas enfrentados pelos brasileiros. Não é por acaso que o medo e a segurança pública estão sempre tão presentes no debate público. Um retrocesso ainda maior do que o que vimos em anos recentes em relação ao armamento civil será desastroso nesse contexto. O futuro que precisamos construir é de menos mortes e ele não virá com mais civis armados.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Rosa, Íris

O que o Congresso Nacional fala sobre o armamento civil? [livro eletrônico] / Iris Rosa, Pedro Benetti, Terine Husek Coelho. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Instituto Fogo Cruzado, 2024.

PDF

ISBN 978-65-983797-0-4

1. Armamentos 2. Armas de fogo - Leis e legislação - Brasil 3. Brasil. Congresso Nacional 4. Defesa nacional 5. Segurança pública - Administração I. Benetti, Pedro. II. Coelho, Terine Husek. III. Título.

24-212417

CDD-363.33

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Armas de fogo : Controle : Segurança pública :  
Problemas sociais 363.33

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



## FICHA TÉCNICA

### INSTITUTO FOGO CRUZADO

**Cecília Olliveira**  
*Diretora executiva*

**Maria Isabel Couto**  
*Diretora de dados e transparência*

**Marianna Araujo**  
*Diretora de comunicação e inovação*

**Davi Arloy**  
*Gerente de gestão*

**Diogo Santos**  
*Gerente de comunicação e inovação*

**Terine Husek Coelho**  
*Gerente de pesquisa*

**Iris Rosa**  
*Pesquisadora*

**Coordenação Acadêmica da Pesquisa**  
Pedro Benetti  
Terine Husek Coelho  
Iris Rosa

**Equipe da pesquisa**  
Alberto Roger Farias da Silva  
Denise Regina da Conceição Andrade  
Lucas Ribeiro Nogarole  
Matheus Alves Lira Pereira  
Matheus Araújo  
Maiara Pedral  
Paula Vieira Cotrim  
Rafael Oliveira Canazart  
Ricardo Gusmão  
Vanessa Rocha

**Editora e Revisora**  
Marília Gonçalves

**Design Gráfico**  
Letícia Padua

# O QUE O CONGRESSO NACIONAL FALA SOBRE O ARMAMENTO CIVIL?